

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**MATRIZES DO PENSAMENTO POLÍTICO AUTORITÁRIO NO BRASIL
REPUBLICANO: 1889-1964**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília.

ORIENTADOR: Prof. Dr. VAMIREH CHACON DE ALBUQUERQUE NASCIMENTO

ALUNO: CLEITON DOS SANTOS ARAÚJO 03/65807

BRASÍLIA, AGOSTO DE 2006

CLEITON DOS SANTOS ARAÚJO

**MATRIZES DO PENSAMENTO POLÍTICO AUTORITÁRIO NO BRASIL
REPUBLICANO: 1889-1964**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento

CLEITON DOS SANTOS ARAÚJO

**MATRIZES DO PENSAMENTO POLÍTICO AUTORITÁRIO NO BRASIL
REPUBLICANO: 1889-1964**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação do Curso de Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Dr. VAMIREH CHACON DE ALBUQUERQUE NASCIMENTO (Orientador)
Instituto de Ciência Política da UnB

Profa. Dra. FLAVIA MILENA BIROLI TOKARSKI (Membro Titular)
Instituto de Ciência Política da UnB

Prof. Dr. ROBERTO SABATO CLÁUDIO MOREIRA (Membro Titular)
Instituto de Ciências Sociais da UnB

Prof. Dr. PAULO ROBERTO DA COSTA KRAMER (Membro Suplente)
Instituto de Ciência Política da UnB

BRASÍLIA, 25 DE AGOSTO DE 2006

A todos os meus familiares, em especial, aos meus pais, irmãos, avós, tios, primos e amigos.

In memoriam:

*Dinorah Ribeiro de Araújo
Coracy Ribeiro de Araújo
Matheus Affonso Medeiros
Tatiana Lobato*

AGRADECIMENTOS

É extenso o meu sentimento de gratidão a um sem-número de pessoas que me estimularam ao longo desses anos de estudos na Universidade de Brasília e antes mesmo que eu me tornasse um estudante universitário. Tantas pessoas, tantas palavras amáveis, tantos gestos de solidariedade, camaradagem e altruísmo que, por mais que eu faça, jamais conseguirei retribuir na justa medida.

O meu real desejo seria o de nominar cada um de meus colegas que se tornaram verdadeiros amigos de todas as horas, mas me limitarei àquelas pessoas para com as quais contraí dívida eterna. Em primeiro lugar, devo muito a cada um de meus familiares por tudo que eles representam para mim, sobretudo meu pai Antônio Carlos Ribeiro de Araújo e minha mãe Josefa Cleide dos Santos. Sempre soube que minha alegria era a alegria deles e de meus familiares, especialmente minhas tias e avós.

Não posso deixar de me referir aos meus amigos de infância dos colégios onde estudei até meus amigos de vizinhança na cidade de Sobradinho, onde fui criado. O que me vem à lembrança são os momentos de brincadeiras, passeios, diversões, trabalhos escolares, festas e outras tantas ocasiões nas quais eu me beneficiava do convívio de pessoas que se tornaram essenciais na minha vida e que eu podia sentir o quanto elas se alegravam com minhas alegrias. Agradeço a Deus pelas pessoas que tive a oportunidade de conhecer e pelas influências que tenho recebido. De dentro de casa à rua, das escolas aos locais de trabalhos que frequentei só tenho em minha memória instantes que me inspiraram e me motivaram a querer estudar, a querer conhecer, a querer aprender e a querer respeitar.

Devo expressar todo meu reconhecimento aos meus admiráveis colegas de turma nos cursos de Graduação e Mestrado em Ciência Política da Universidade de Brasília, aos meus inesquecíveis professores primários, secundários e universitários, aos funcionários da universidade, em especial os funcionários do antigo Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB, e a todos aqueles que, de alguma forma, me beneficiaram com inestimável contribuição de ordem pessoal, profissional e /ou acadêmica: Roberto Pojo, Octaciano Nogueira, Claus Rodarte, Vamireh Chacon, Franklin Hoyer, David V. Fleischer, Bruno Sadek, Lúcia Avelar, Leandro Gabiati, Paulo Calmon, Lucídio Bicalho, Luiz Pedone, Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, Michel Neil, Carlos Henrique Cardim, Flávia Biroli,

Roberto Moreira, Paulo Kramer, Marco Rodrigo Carvalho Silva, Daniela P. Ramos, Paola N. Ramos, Raphael T. Favetti, Ricardo W. Caldas, Amado Luiz Cervo, Marilde L. de Menezes, Mariza Mota Leal, Carlos Chagas, Virgínia dos Santos Araújo, Raimunda Neves de Araújo, Arthur Antônio dos Santos Araújo, Dayana K. dos Santos Araújo, Hércules dos Santos Araújo, Rita Pereira de Andrade, Giselda Dias, Juscelino Vicente da Silva, Severino Vicente da Silva, Maria Silvia dos Santos, Elza Maria Ribeiro de Araújo, Joana Maria de Jesus, Jurandir Vicente da Silva, Ivone dos Santos, Dinorá dos Santos, Roberto dos Santos, Humberto dos Santos, Vitalina Dutra e Maria Adorno. Certamente terei omitido muitas pessoas, mas não é menor o meu apreço pelos que não estão citados e foram igualmente importantes para mim...

A todas essas pessoas, minha eterna gratidão...

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA	16
DESENVOLVIMENTO	32
Parte I - <u>Considerações Sobre a Política: Discussão Teórica</u>	32
Parte II - <u>Considerações Sobre a Prática Política Brasileira e a Dificuldade de Seu Aperfeiçoamento Crítico</u>	40
Parte II.1 - <u>Formação e Composição da Elite dentro do Estado Imperial: Suas Conseqüências sobre a Política Brasileira</u>	46
Parte II.2 - <u>As Implicações do Caráter Rural da Sociedade Brasileira sobre o Sistema Político</u>	49
Parte III - <u>O Pensamento Político Autoritário Brasileiro e Suas Matrizes</u>	55
CONCLUSÃO	80
BIBLIOGRAFIA	83

RESUMO

Este trabalho explora algumas das vertentes que se propuseram a analisar as questões políticas brasileiras debatidas entre a penúltima década do século XIX e a década de sessenta do século XX, mais precisamente 1889 com a instauração do Regime Republicano, até 1964 com a ascensão dos militares ao comando político do país. O núcleo da discussão aqui empreendida funda-se no pensamento político dos seguintes autores por sua relativa similaridade de análise sobre o sistema político brasileiro: Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos, autores esses conhecidos como os "pensadores autoritários". A hipótese levantada é a de que no Brasil há uma recorrência costumeira às soluções autoritárias quando o sistema político não é capaz, por meio de suas instituições, de apresentar soluções aceitáveis aos grupos políticos conflitantes. Pretende-se uma melhor compreensão do legado deixado por Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos por meio de uma leitura a partir de um enfoque que estabelece um conceito de equilíbrio político e que toma como referência a interpretação do Brasil baseada no livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda.

ABSTRACT

This essay explores some of the tendencies that proposed to analyze some of the Brazilian political issues debated between the penultimate decade of the nineteenth century and the sixties' of the twentieth century, from the beginning of the Republican Regime in 1889 until the ascent of the military actors to the political command of the country in 1964. The core discussion here developed is based on the political thought of the following authors due to their relative similarity of analysis over the Brazilian political system: Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna and Francisco Campos, authors who are known as the "authoritative thinkers". The hypothesis raised is that in Brazil there is an usual appeal to authoritative solutions when the political system is not able to propose (by its own institutions) acceptable solutions to the conflicting political groups. The objective is to achieve a better understanding about Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna and Francisco Campos' legacy through a reading which establishes a political equilibrium concept and adopts as reference the interpretations of Brazil according to Sérgio Buarque de Holanda's book titled *Raízes do Brasil*.

INTRODUÇÃO

As primeiras décadas do século XX testemunharam uma razoável produção de escritos políticos e de textos acadêmicos a respeito do Brasil e sua estrutura político-institucional. A pergunta que surge é se tais escritos poderiam significar uma efetiva manifestação de um autêntico pensamento político brasileiro. No intuito de examinar esta questão é que aqui serão enfocadas as obras de alguns dos principais autores brasileiros durante o início do Período Republicano.

Um trabalho que pretenda abordar o conteúdo das obras surgidas nos anos posteriores à Proclamação da República demandaria um esforço de pesquisa amplamente superior ao que será aqui apresentado. A natureza deste trabalho possui um caráter exploratório de algumas das vertentes que se propuseram a analisar as questões políticas brasileiras. Para tanto, fazia-se necessária a delimitação do tema a ser tratado, pois um exame de todas as questões políticas

significativas exigiria uma abordagem de muitos autores com variados enfoques. Assim sendo, preferiu-se concentrar o núcleo do trabalho nos seguintes autores por sua relativa similaridade de análise sobre o sistema político brasileiro: Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos.

Optou-se por esses autores pelo fato de que eles passaram a constituir um grupo de formuladores que mais se destacaram na crítica ao "modelo democrático" instalado com a Constituição de 1891. Esses autores se debruçaram sobre as instituições políticas liberais brasileiras, bem como se propuseram a favorecer a criação de um Estado nacional que pudesse atender à idéia, por eles aceita, de uma preeminência do postulado da autoridade política ante o pressuposto da liberdade política. Em outras palavras, neles subsistia a tese de que, no Brasil, a organização do Estado precederia a participação da sociedade nos destinos do país. Em linhas gerais, tais autores passaram a ser identificados como aqueles que não conseguiam enxergar a viabilidade da democracia no Brasil a menos que fossem relaxados alguns dos postulados comumente aceitos como essenciais ao modelo democrático-liberal do Ocidente. Daí, para alguns, a rotulagem de Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos como os "pensadores autoritários".

A hipótese subjacente a este trabalho é a de que no Brasil há uma recorrência costumeira às soluções autoritárias quando o sistema político não é capaz, por meio de suas instituições, de apresentar soluções aceitáveis aos grupos políticos conflitantes. No século XX, tanto a institucionalização do "Estado Novo" de 1937-1945 quanto a do Regime Militar de 1964-1985 se valeram de diagnósticos do Brasil que eram pregados pelos "pensadores autoritários" supracitados. A intenção é a de examinar o porquê das críticas à democracia representativa como meio legítimo e eficaz de equacionamento do sistema político brasileiro e de criar as condições para o desenvolvimento do país.

Além de tratar desta questão, há a preocupação de retratar um traço da história das idéias políticas no Brasil. Deste modo, o trabalho permite uma análise do debate intelectual que envolveu uma das escolas de pensamento que exerceu influência no debate público em diversos momentos da história política do país.

Os chamados "pensadores autoritários" fizeram suas contribuições em meio a um contexto que incluía, como precursores, nomes como os de José de Alencar, Tavares Bastos, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, Assis Brasil, dentre outros, que se destacaram por propugnar soluções de cunho liberal-democrático e com a clara preocupação de que suas idéias fossem aceitas e implementadas. A intervenção na política era a tônica de suas idéias, porém não o tipo de intervenção "de cima para baixo" propugnada por Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos. Ainda que aqui não se faça uma reconstituição pontual destas controvérsias é importante ressaltar o ambiente de disputas que não se restringiram a meros refinamentos intelectuais, mas a um empenho em apresentar as melhores alternativas para o Brasil em face de suas peculiaridades de então. Tudo isso num contexto marcado pelas ebulições abolicionistas, pelas influências positivistas, pelo movimento Modernista e pelas revoltas tenentistas e suas idiossincrasias.

O debate intelectual a que acima se fez referência não se limitou apenas ao fim do Império e ao imediato surgimento da República. Gilberto Amado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Nestor Duarte, dentre tantos outros, vieram a se inserir nesse debate publicando suas obras quase em concomitância ao aparecimento das obras dos "pensadores autoritários" e esse ciclo das chamadas interpretações do Brasil não deixou de refletir os problemas políticos nacionais relacionados ao federalismo, ao fortalecimento do partidos, à moralização das eleições, ao relacionamento entre os Poderes, à inclusão social.

Todos esse temas fortemente discutidos não só na Ciência Política contemporânea, mas ainda presentes nos debates político-partidários travados na cena política brasileira atual.

O exame dos autores clássicos do pensamento político brasileiro tem sua relevância na medida em que pode permitir um olhar renovado sobre os problemas do presente, principalmente num momento em que o Estado brasileiro passa a ensejar a construção de um novo arcabouço institucional onde, por exemplo, as agências regulatórias têm, em tese, a pretensão de se constituir num espaço de autoridade com competência, inclusive, para restringir a ação dos próprios agentes do Estado que porventura incorram em atividades de natureza econômica ou não que afetem o cotidiano da sociedade. Quadro este que configura, ao menos em tese, um rearranjo das estruturas do poder público dentro do Estado brasileiro.

Além disso, a própria discussão dos aspectos ligados à teoria política expressa no pensamento político brasileiro é relevante, pois muitas das contribuições de autores brasileiros são pouco tratadas ou simplesmente ignoradas. Neste ponto, cabe ainda um esclarecimento em torno do título deste trabalho, *Matrizes do Pensamento Político Autoritário no Brasil Republicano: 1889-1964*.

Onde encontrar as principais matrizes de um pensamento político brasileiro? No Parlamento, nas manifestações populares, nos escritos políticos de personalidades, nas obras literárias consagradas, nos trabalhos acadêmicos, nos discursos de autoridades executivas e judiciais, nos arrebatamentos jornalísticos da imprensa, na prática cotidiana de cada indivíduo nos múltiplos contextos sociais em que atua? Haveria no pensamento político brasileiro uma aquiescência com padrões de comportamento intrinsecamente conservadores, corporativos e autoritários?

Restringindo-se aos "pensadores autoritários" é que este trabalho pretende tratar de uma das matrizes do pensamento político brasileiro de modo a obter uma melhor compreensão do

legado deixado por Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos. Mesmo que o exame aqui empreendido não seja exaustivo e não compreenda tudo o que eles escreveram, a pretensão é a de examinar o quanto suas idéias aportavam ao debate político em torno dos problemas políticos brasileiros e de suas alegadas soluções.

Recorreu-se apenas à obra mais expressiva de cada um deles, ainda que este julgamento possa ser submetido à controvérsia a respeito do que é mais ou menos importante em um determinado autor. Espera-se assim uma ênfase nos próprios autores e não em seus comentadores. Se isso tem uma clara vantagem inicial, por outro lado, tem também um inconveniente de abordagem que é o de não discutir importantes bibliografias secundárias relativas aos autores enfocados.

Aos introduzidos na temática do pensamento político brasileiro poderia parecer demasiado inoportuno tratar de Alberto Torres sem fazer alusão criteriosa às obras de Barbosa Lima Sobrinho, *Presença de Alberto Torres* ou de Alcides Gentil, *As Idéias de Alberto Torres* ou de A. Sabóia Lima, *Alberto Torres e Sua Obra*, por exemplo, para citar apenas os mais conhecidos. Mais estridente poderia ser a crítica por falar em Oliveira Vianna sem, no entanto, mencionar a interpretação altamente questionadora de José Honório Rodrigues frente às idéias e ao pensamento do escritor fluminense.

Por um critério que só se justifica em razão dos limites usuais que ora se impõem é que se permite essa deficiência que se espera corrigir com trabalhos mais minudentes, conforme já foi acima apontado. Não obstante, há também um outro fator: parece ser da boa prática que se conheça mais profundamente os pensamentos dos autores antes de cotejá-los com obras inquisidoras ou mesmo analíticas. Obras estas que são importantes não só pelas novas reflexões apontadas, mas pelo embate de idéias que possibilitam, numa perspectiva tributária a Thomas S.

Kuhn, o avanço dos progressos científicos, ainda que essa visão kuhniana possua alguns problemas no âmbito das Ciências Sociais.

À medida que seja atendido o objetivo inicial de conhecer melhor a vertente autoritária do pensamento político brasileiro, poder-se-á aprofundar o estudo na justa exigência do assunto aqui enfocado.

A hipótese subjacente a este trabalho é a de que no Brasil há uma recorrência costumeira às soluções autoritárias (intermitências autoritárias civis e militares: estados de sítio tanto durante as presidências do Marechal Floriano Peixoto quanto nas dos civis Epiácio Pessoa e Artur Bernardes, a ditadura do “Estado Novo” de Vargas e o Regime Militar de 1964 a 1985, com inicial fechamento ao auge no Ato institucional nº 5) quando o sistema político não é capaz, por meio de suas instituições, de apresentar soluções aceitáveis aos grupos políticos conflitantes. No século XX, tanto a institucionalização do “Estado Novo” de 1937-1945 quanto a do Regime Militar de 1964-1985 se valeram de diagnósticos do Brasil que eram pregados pelos “pensadores autoritários” supracitados.

O trabalho está organizado em três partes. A parte inicial apresenta uma discussão teórica sobre a política. A intenção é a de abordar as questões conceituais relativas à política com o objetivo de melhor inserir a temática que será desenvolvida no decorrer do trabalho. A segunda parte se desdobra em duas seções dedicadas à política brasileira. A intenção é a de fornecer um quadro síntese da política durante o Período Imperial e suas repercussões no Período Republicano, bem como apresentar as principais características do Regime Republicano que se instaurou em 1889. A terceira, e última parte, se ocupa com as matrizes do pensamento político autoritário no Brasil republicano: Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos. A intenção é a de apontar um balanço e caracterização do pensamento político autoritário brasileiro no período enfocado, destacando-se a tradição conservadora no Brasil e suas vertentes autoritárias, sobretudo no que se refere aos assuntos relativos a eleições, partidos, eleitores e parlamento no pensamento dos quatro autores destacados.

Como avaliar as análises dos “autores autoritários” diante de um quadro no qual o processo político se desenvolve num regime patrimonial como o brasileiro? Como o patrimonialismo afetou a formação do Estado nacional brasileiro?

Haveria no pensamento político brasileiro uma aquiescência com padrões de comportamento intrinsecamente conservadores, corporativos e autoritários?

METODOLOGIA

Os anos trinta do século passado foram bastante profícuos na produção sociológica sobre o Brasil. Haja vista as contribuições aportadas por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, dentre outros nomes que também se sobressaíram. Todavia, a atenção aqui é direcionada à obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. O que ela representa e como nela foram tratados alguns dos temas mais caros à elucidação da formação da sociedade brasileira? Eis o objetivo desta seção, pois será por meio da leitura da obra de Sérgio Buarque de Holanda que serão feitos os comentários aos pensamentos e idéias básicas de Alberto Torres, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Oliveira Vianna. Esta metodologia não consiste, absolutamente, numa comparação, mas num quadro de referência a partir do qual serão orientadas e elaboradas muitas das argumentações que aqui serão levantadas.

Nesta seção reserva-se espaço, sobretudo, para uma apresentação sumária de *Raízes do Brasil* que servirá como uma espécie de lente para discussão que será levantada na próxima parte deste trabalho.

Em *Raízes do Brasil* são apontadas duas conseqüências básicas do personalismo tradicional brasileiro: a frouxidão das instituições e falta de coesão social no seio da sociedade brasileira. Estes dois temas passaram então a ser alvo da atenção de outros autores dado o impacto que possuem sobre a vida da coletividade unida, ao menos em tese, sobre ideais e anseios comuns.

Raízes do Brasil está escrito numa forma em que os assuntos são apresentados dialeticamente; faz-se uma oposição de éticas; empreende-se uma busca das razões que caracterizam a sociedade brasileira; faz-se um recuo histórico à herança colonial portuguesa e seu reflexo no comportamento do brasileiro na qualidade de ser social. O livro é estruturado em sete capítulos que serão esboçados a seguir.

No primeiro capítulo intitulado *Fronteiras da Europa* é retratada a exacerbação da cultura da personalidade na Península Ibérica, exacerbação esta que também passou, em alguma medida ao Brasil, no caso português, e às demais nações centro e sul-americanas, no caso espanhol. O autor não apenas faz esta asserção, como também analisa quais são as decorrências de tal característica. Segundo ele, este comportamento é o principal indutor de uma carência absoluta do sentimento de solidariedade entre os membros da sociedade; o autor chega a afirmar que a originalidade nacional fica indicada, então, na autonomia pessoal. Uma ausência de qualquer acordo coletivo durável, bem como de organização, ordenação e solidariedade faz com que seja possível apontar o que Holanda chama de uma falta de coesão social prevalecendo então uma falta de uma hierarquia organizada ensejando, portanto, uma frutificação dos elementos anárquicos.

Além deste traço personalista Holanda aponta na herança portuguesa um outro fator: a não rigorosidade e a não impermeabilidade da nobreza portuguesa que favorecia a sua plasticidade social, ou seja, a miscigenação quase que sem obstáculos entre o elemento

colonizador e as populações alvo de suas ações. Ele destacou neste ponto a quase ausência de orgulho de raça entre os portugueses. Já em relação aos hispanos o que lhe chamou a atenção foi a quase inexistência da separação das classes sociais entre eles.

Nas sociedades ibéricas, o que sobressaiu então de uma maneira bastante destacada, foi a sua falta de racionalização da vida onde o princípio unificador recaía sempre sobre o Estado e não sobre os indivíduos. Uma força exterior e não uma força interna atuando na estruturação dos laços sociais. Daí o porquê se explica tão facilmente o quanto *O Santo Ofício*, bem como as ditaduras militares não tão distantes sempre foram razoavelmente bem acolhidas nas sociedades ibéricas. No caso das experiências das nações protestantes é patente a diferença de origem e evolução de seus envolvimento com temas públicos. Tomando a questão do trabalho nas sociedades ibéricas Holanda destaca a repulsa àquela moral fundada no culto ao trabalho. Na verdade, o que se operava dentre os ibéricos era uma verdadeira repulsa, quando não o próprio menoscabo pelas atividades de natureza manual e/ou mecânica. Este despreço às atividades utilitárias era a representação mais apurada do que era a aceitação do ócio como uma condição a ser procurada visto que a nobreza ibérica tinha a ociosidade em alta conta, atribuindo-lhe mesmo uma certa dignidade que a colocava num plano bem superior à atividade produtora. A contemplação, o ócio e o amor altaneiro eram colocados como valores nobres, portanto destinados a serem almejados por todos os elementos da sociedade, do simples caixeiro ou artesão que se negava a carregar as suas próprias ferramentas aos elementos situados mais próximo do topo da pirâmide social.

Voltando à questão da inexistência da solidariedade, convém lembrar uma ressalva apontada por Holanda: há um tipo de solidariedade, porém aquela dada pela vinculação de relações de sentimentos e não por relações de interesse. Um fato curioso é que na questão da personalidade exacerbada, da exaltação suprema da personalidade, paradoxalmente, a obediência

surgia como uma virtude das mais elevadas constituindo-se num princípio político verdadeiramente forte. O problema era que a vida social assentada apenas no princípio da obediência implicava uma instabilidade constante dos laços de união favorecendo uma inclinação à anarquia e à desordem quando não o seu extremo oposto, ou seja, uma centralização excessiva do poder político.

No capítulo II intitulado *Trabalho e Aventura* tem-se a inauguração na obra do método dicotômico em que Holanda opõe as duas éticas: a do trabalho e a da aventura. Uma vez que a ética do trabalho seria aquela do esforço e concentração aplicados à consumação de um fim, a ética da aventura era aquela cujo ideal do portador era "... *colher a fruta sem plantar a árvore*". Elementos portadores desta última ética foram que, em sua grande maioria, se dirigiram ao Brasil. É oportuno lembrar que Holanda, assim como Max Weber, na construção da análise acima, ressaltava que se tratava de uma aproximação analítico-explicativa, já que nas formas puras e incólumes, não era possível estabelecer tão claramente as distinções e singularidades exatas, bem como a existência de cada uma delas.

Buarque de Holanda indicou, na verdade, uma falta de oposição absoluta ou incompreensão radical entre ambas as éticas. Todavia reconheceu o papel limitado e quase nulo do trabalho na obra de conquista e colonização de novos mundos. A influência do gosto da aventura na vida social brasileira firmou-se arraigadamente. Não raro são os desejos do lucro fácil, do enriquecimento repentino, da herança almejada, enfim abundam os exemplos. O desejo de riqueza que custava ousadia e não trabalho, conforme asseverava Holanda, era o preponderante.

Não se pode deixar de mencionar que Holanda ataca velhos mitos não só da credence popular como aqueles provenientes das observações de doutos publicistas. Não só Portugal e Espanha, como se acreditava, representavam os portentosos casos de indolência e falta de

laboriosidade, mas também a própria Inglaterra cuja pecha lhe fora retirada apenas em razão da Revolução Industrial a partir da segunda metade do século XVIII, pois até então, não seria equivoco apontar no inglês os mesmos vícios reputados aos ibéricos.

Os portugueses se destacaram, sobretudo na sua adaptabilidade à mesologia e às condições climáticas brasileiras. Não obstante, o fato de apresentarem brutal descuido com a terra. Isto porque não se desenvolveu em Portugal uma civilização tipicamente agrícola. A atividade agrícola em Portugal jamais fora preponderante não só em razão do gênio aventureiro como em razão da escassez de população reinol a qual se encontrava voltada às aventuras marítimas e seduzida apenas pelas glórias da guerra e da conquista. O labor agrícola no Brasil, por conseguinte, apresentaria uso dos métodos retrógrados e indiscriminados de exaustão do solo e queimas constantes sobre as áreas de cultivo. O escasso emprego do arado no Brasil em sua lavoura de feição tradicional foi um outro fator que não ficou de fora da análise de Holanda. Isto tudo evidenciava e corroborava sua tese de que no Brasil a falta de energia paciente e sistemática era uma causa dos maus métodos e das técnicas predatórias de produção e trabalho agrícola cujas características eram a transitoriedade e a mera rotina. A "lei do menor esforço" ditava a mentalidade portuguesa. Holanda registra o espanto com que fazendeiros estadunidenses se depararam ao constatar que as técnicas de plantio portuguesas não superavam as técnicas indígenas. Na verdade eles adotavam as práticas destes últimos.

Holanda atacou um outro mito que foi aquele do caráter voluntário do latifúndio agrário no Brasil. Ele ressalta que o que imperou foi o caráter involuntário (Holanda, § 1º, p. 47) na implantação do mesmo, pois obedecia mais às conveniências de mercado e de produção do que à manipulação original e arbitrária do colono português. A ausência de qualquer esforço sério de cooperação nas atitudes produtoras só não se processava naquelas áreas ligadas à escravidão e à hipertrofia da lavoura fundiária.

Só para encerrar com esta questão dos mitos combatidos por Holanda não se pode esquecer do famoso mito fundado no que teria sido a colonização holandesa. Teria ela princípios diferentes dos dissolventes princípios ibéricos? Não seriam os holandeses dotados de sólido espírito de empreendimento metódico e organizado, de coesão social e de capacidade de trabalho? Ledo engano, pois segundo Holanda aqueles que para cá vieram foram recrutados dentre elementos aventureiros. A metrópole pernambucana, o Recife, representaria uma empresa de grandeza de fachada, incapaz, portanto, de impregnar o meio rural do tênue, porém considerável, esplendor recifense.

O diagnóstico de Holanda é insistente nos seguintes temas: o amor ao ganho fácil nos ofícios urbanos assim como nos trabalhos rurais; baixa estabilidade de estratificação social; baixa cooperação disciplinada e constante; enérgica acentuação brasileira do afetivo, do irracional, do passional; estagnação e/ou atrofia das generalidades ordenadas, disciplinadoras e racionalizadoras da vida em sociedade.

Para Holanda a energia produtora fora aqui muito dispersa o que explicaria, por exemplo, a tibieza do desenvolvimento de um artesanato profícuo durante o Brasil Colônia. Os progressos técnicos que se alcançavam visavam não ao aumento de produtividade, mas a economia de esforços. Ele atesta, recorrendo a autor estrangeiro, Cleary, que mesmo os alemães que para cá vieram nada trouxeram de novo, pois praticavam, na agricultura, os mesmos atos primitivos e grosseiros até então apenas identificados com as práticas portuguesas. Por que os europeus além-Pireneus demonstraram no Brasil a mesma regressão que espanhóis e portugueses? A ausência de progressão técnica era o comum nas "lavouras [que se desenvolviam] nas florestas e às custas delas" dadas as queimadas, o desaparecimento de pássaros, o extermínio de pragas, a diminuição das matas, as brocas e as lagartas. Enfim, não só ao português é cabível a acusação de pouco laborioso e displicente...

O capítulo III, *Herança Rural* encadeia-se perfeitamente com o precedente. No Brasil, como se viu, não se implantou uma civilização agrícola, mas uma civilização de raízes rurais sendo as cidades verdadeiras dependências rústicas das propriedades rurais. O grande impacto que recaiu sobre a civilização rural foi a proibição de tráfico negreiro em 1850 e seu desfecho com a abolição da escravidão em 1888. O desvio dos capitais se fez em benefício das cidades, principalmente do Rio de Janeiro que experimentou de 1851 a 1855 um período de grandes transformações: a constituição das sociedades anônimas, a fundação do Banco do Brasil, a inauguração da primeira linha telegráfica, a abertura da primeira linha ferroviária ligando a Corte à capital da Província de São Paulo.

O Barão de Mauá viria a ser um desvio naquela sociedade patriarcal escravocrata. Suas idéias progressistas vieram a se chocar contra os padrões venerados. Se no primeiro momento ele fora tolerado, não tardou a ser alvo de desconfiança até que se lhe fizessem oposição calorosa. O próprio Mauá, segundo Holanda, era apenas um introdutor a mais das formas de vida copiadas. Os impactos das transformações supracitadas foram fortes sobre a herança rural e colonial. A vitalidade temporária dos negócios carregada pela ânsia de enriquecimento, todavia, não fora suficiente para demover as práticas originadas no meio rural. O espírito de facção e autarquia dos domínios rurais gerou um estilo de família patriarcal que se fez refletir, merecendo destaque as seguintes características:

- A incomensurável autoridade do proprietário de terras nos domínios rurais;
- O pátrio poder ilimitado;
- O engenho como organismo autárquico completo;
- Laços afetivos na vida pública ou o fato de que "a entidade privada prescinde sempre, neles (os indivíduos fora do recinto doméstico) a entidade pública" .

O declínio da velha lavoura fez com que os senhores rurais passassem a dar lugar aos titulares das profissões citadinas.

A atividade política, a burocracia e as profissões liberais surgiram então como áreas factíveis às especulações intelectuais. Atividades onde há exercício da inteligência em oposição às atividades de esforços físicos que continuaram sendo tidas em menor conta. Convém salientar que o termo inteligência não estava propriamente interpretado como instrumento de conhecimento e ação; pelo contrário, a inteligência neste contexto estava mais ligada a uma distinção pessoal, um ornamento, uma prenda. As especulações verdadeiramente intelectuais ficavam restritas, pois o que se tinha por valor era uma espécie de amor à frase sonora, ao verbo abundante e espontâneo, à erudição ostentosa e à expressão rara. As idéias propriamente reformadoras e modernizantes aqui não assumiram uma envergadura capaz de rivalizar com as idéias típicas do rígido paternalismo que tinha a família rural como origem e que impregnava nas instituições e nos princípios consagrados da vida urbana.

A "mentalidade da casa-grande" chegou a ser observada até mesmo na conduta das classes mais humildes da burguesia urbana.

Holanda discorreu também a respeito do caráter epidérmico das agitações políticas na vida política brasileira herdada da colonização portuguesa.

Na evolução que fez da vida rural brasileira Holanda ressaltou fortemente o quanto as cidades dependeram do domínio rural. Fenômeno este que representou e caracterizou a inversão brasileira mais *sui generis* que já se observou. O caráter apático das habitações urbanas em contraste com a autonomia rural foi para Holanda um testemunho do predomínio esmagador do ruralismo mais como um esforço do colonizador português do que uma imposição do meio.

O capítulo quarto, *Semeador e Ladrilhador*, é o que marca as diferenças entre as ações lusas e espanholas quanto a arquitetura das cidades por eles fundadas em seus domínios. Os

domínios espanhóis se notabilizaram pelo seu traçado dos centros urbanos em linha reta revelando zelo, previdência e aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado. Poder-se-ia até dizer que se tratava de um prolongamento da metrópole na colônia se se tem em mente a criação de universidades, a instalação de burocracias e a fundação e localização dos portos. Esta "preocupação espanhola" inexistia nas possessões lusas cujo caráter se assemelhava mais ao de meras feitorias de exploração comercial. Se as colônias espanholas insinuavam uma colonização criadora, a portuguesa se caracterizava por sua vez, como uma colonização de passagem. Os centros de povoações espanholas demonstravam afã regulatório, amor à uniformidade e às simetrias, a prevalência de um plano a ser seguido. Suas cidades eram situadas em altas altitudes, em terras do interior e nos planaltos, bem como seus portos eram instalados em locais aptos à defesa e ao comércio.

Por outro lado os portugueses eram mais orientados pela rotina que por uma razão abstrata, suas ações se davam mais pela experiência sucessiva numa atitude tateante e perdulária. As cidades portuguesas "eram toldadas pela silhueta da paisagem". Enfim são várias as distinções como a total repreensão lusitana às oficinas impressoras e às universidades atravancando assim qualquer desenvolvimento da cultura intelectual do Brasil. Fato este, aliás, ressaltado também por Raymundo Faoro em seu *Existe um Pensamento Político Brasileiro?* Deve-se ressaltar principalmente que o colonizador português representava uma repulsa firme à racionalização, à despersonalização, às normas de justiça e prescrições legais, à honorabilidade e à exatidão. Ainda que se possa atenuar esta tese de Buarque de Holanda ao se ter em conta o zelo colonial português para com o fiscalismo arrecadatário do período da mineração. Aí então se justificava uma racionalização...

No capítulo V, *O Homem Cordial*, talvez o mais comentado do livro, apresenta-se a célebre discussão, novamente dicotômica, entre o Estado e a família. O Estado habita

essencialmente em oposição ao ambiente familiar. Entre o Estado e a família processa-se idealmente uma descontinuidade, uma oposição, uma distinção e uma incompatibilidade fundamental. Holanda fala numa crise de adaptação dos indivíduos aos mecanismos sociais e isto em parte é devido à educação e à criação que os pais ministram aos filhos no preparo da vida destes para o ambiente externo. Os órfãos, ao contrário, possuem melhor interação com o público que aqueles provenientes das famílias tradicionais e patriarcais. Os âmbitos familiares estreitos e exigentes se tornam "verdadeiras escolas de inadaptados e até de psicopatas" dada a dificuldade em se distinguir entre o domínio público e o privado por parte daqueles detentores de posição pública de responsabilidade que são oriundos das famílias patriarcais.

O Estado burocrático marcado pela competência e capacidade, pela ordenação impessoal, pela definição clara de interesses objetivos, pela busca de princípios neutros e abstratos e por normas antiparticularistas chocava-se frontalmente com o Estado patrimonial dominado por relações de confiança inseridas num caráter familiar mediado por "contatos primários" onde vontades particulares atuam a partir de círculos fechados e pouco acessíveis aos "de fora".

A tão controversa questão do homem cordial é assim explicada: não se trata de "bondade" tampouco de "homem bom" nem de amor ou harmonia, absolutamente; quanto à cordialidade devem se eliminar os juízos éticos e as intenções apologéticas, pois o que se tem em mira é destacar o fundo emotivo extremamente rico e transbordante, a passionalidade acima referida e a dificuldade da aceitação da racionalidade enquanto princípio ordenador da vida moderna. A idéia de civilidade que implica alguma coisa de coercitivo, de mandamentos e de sentenças assume no Brasil outro colorido. Civilidade passa a significar uma espécie de lhaneza, de amenidade no trato, de hospitalidade, de generosidade aplicada à tentativa de contornar (ênfase neste verbo...) o legal, o impessoal e externo. Uma ética de fundo emocional onde não raro omitir-se o nome de família no tratamento pessoal, de incorrer no emprego exagerado do diminutivo carinhoso

"inho", do estreitamento forçado de relações de amizade quanto à prática de negócios. Amizade, parentesco e/ou vizinhança como fatores alegados como motivo de tratamento privilegiado é também uma das características desta cordialidade brasileira que chega inclusive a desenvolver um engraçado relacionamento com as entidades místico - religiosas a ponto de praticar uma intimidade quase que desrespeitosa com relação aos santos (vide a tradição de se colocar Santo Antônio de cabeça para baixo atrás da porta até o momento em que não se encontra o/a desejado/a noivo/a ou o "causo" do Senhor Bom Jesus de Pirapora em que Cristo deixa o altar para se juntar ao samba com o povo). Enfim, a aversão brasileira às distâncias e inclinação pelas práticas sem cerimônia chegaram mesmo a afrouxar e humanizar, por assim dizer, o culto religioso dando lugar a um culto intimista, familiar e sem rigor. Tudo isto se encaixa na definição de homem cordial.

No penúltimo capítulo, *Novos Tempos*, o autor mais uma vez trata do bacharelismo arraigado na sociedade brasileira entre os membros da elite econômica e social. Isto representava a evidência dos valores da personalidade, da tentativa de se distinguir dos demais pelo anelão de bacharel em Direito a ser exibido. O vício do bacharelismo não ficou restrito ao Brasil, pois mesmo nos Estados Unidos, de todos os seus presidentes, até F. D. Roosevelt pelo menos, apenas dois não foram advogados: os generais Harding e Hoover. O gosto pelo bacharelismo no Brasil era também um meio de se chegar ao serviço público onde abundavam as sinecuras e representava o emprego público, sobretudo, a segurança e a estabilidade desejadas.

O positivismo no Brasil ainda que alguns de seus representantes se distinguissem pelo desinteresse pessoal, sinceridade e probidade, não chegou a inspirar um sentido construtivista aos negócios e serviços públicos brasileiros. A democracia, envolta num reformismo sentimental e intelectual mediante reformas liberais ou revoluções epidérmicas, se revelaria um profundo mal entendido... Sérgio Buarque de Holanda afirmava também que a simples educação em massa do

povo brasileiro, enquanto solução mágica, não seria capaz de poder reverter o desencanto com as condições reais do Brasil. Outros elementos fundamentais da educação se faziam necessários para complementar a simples alfabetização em massa do povo brasileiro como forma de superar as mazelas de nosso sistema político.

Para se concluir esta seção resta apenas o último capítulo, *Nossa Revolução*, em que o autor conclui por apontar a final proclamação da vida própria e da primazia das cidades representando um dos movimentos mais significativos da evolução histórica brasileira. Isto se dava concomitantemente à perda de autonomia da propriedade rural.

É importante destacar a discussão final proposta pelo autor sobre o Estado brasileiro o qual não precisava nem devia ser despótico. O Estado deveria, sim, ter uma necessidade de pujança, de compostura, de grandeza, de solicitude, de força e de responsabilidade contrária às ações violentas, procurando ensejar um ambiente de substituição dos detentores do poder, de elaboração de leis e regulamentos capazes de engendrar sistemas ótimos e de promover alfabetização completa, a educação política e a instrução de hábitos civilizados. O Estado funcionando automaticamente e livre das peias patriarcalistas, eis o ideal a ser seguido. O Estado instrumentado a partir, sobretudo, de uma despersonalização democrática que revelasse uma dissolução das sobrevivências arcaicas. Os outros passos deste processo de revolução democrática seriam: uma revogação da velha ordem patriarcal e colonial, a habilitação dos elementos mais vigorosos e a amalgamação (não o expurgo) das camadas superiores. Esta última Hipótese, no entanto, estaria afastada do verificado nos exemplos históricos de modernização, conforme a citação de Faoro colocada no início deste trabalho.

A falta de partidos políticos sólidos representava para Holanda o claro indício da inadaptação brasileira ao regime legitimamente democrático, porém isto significava mais um sintoma do que a causa de tal inadaptação.

As oligarquias representavam um prolongamento do personalismo no espaço e no tempo e os regimes discricionários "em mãos providenciais" por elas produzidos equivaliam apenas a disfarces para a anarquia.

Apenas a título de maior ilustração, uma brevíssima referência às contribuições de *Eleição e Representação* de Gilberto Amado e *A Ordem Privada e A Organização Política Nacional* de Nestor Duarte para o pensamento político brasileiro.

Gilberto Amado em seu livro *Eleição e Representação* destina um capítulo às instituições e ao meio social no Brasil. O livro trata do aperfeiçoamento da representação da política no Brasil que durante a chamada República Velha era bastante distorcida, pois alegava o autor: as eleições poderiam ser falsas, fraudadas, manipuladas e distorcidas, porém a representação política delas oriunda era legítima e autêntica. Gilberto Amado tece considerações sobre os princípios da representação com vistas a um sistema eleitoral que se revelasse mais justo e legítimo, sobre elitismo, sobre mecanismos de conversão de votos em cadeiras no parlamento, sobre a composição da população brasileira e sobre política comparada. Mas é, sobretudo com relação às características gerais da formação brasileira que Gilberto Amado se destaca. Este autor não foi propriamente um sociólogo, porém seus escritos revelam grandeza de indubitável valor sociológico.

Gilberto Amado assim como Sérgio Buarque de Holanda ressalta os efeitos que a abolição da escravatura teve sobre o caráter rural da sociedade brasileira. Assim como Joaquim Nabuco, Gilberto Amado propugnava pela necessidade de incorporação do negro à dinâmica social e à dignidade da vida possibilitada mediante trabalho justamente remunerado capaz de fornecer-lhe as condições mais elementares de sobrevivência.

Gilberto Amado criticava o excessivo bacharelismo das classes dominantes brasileiras cada vez menos afeita às necessidades práticas do povo. Um bacharelismo, ao se ver estéreo,

meramente decorativo. Uma ausência mórbida de objetividade capaz de fazer enxergar claramente os obstáculos à plena realização das potencialidades da civilização brasileira. O texto de Gilberto Amado está entremeado de ponderações destinadas à libertação do espírito coletivo. Em que pese um tom nacionalista romântico de Gilberto Amado é forçoso reconhecer o rigor de sua observação sistemática da realidade brasileira de então, sem recorrer às corriqueiras demagogias panfletárias. Seu posicionamento crítico frente às instituições absorvidas por entes privados e afastados do interesse público constitui um demonstrativo de sua antecipação à discussão levantada por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, visto que suas obras mais marcantes foram publicadas, respectivamente, em 1933 e 1936, ao passo que Gilberto Amado já em 1931 levantava temas que seriam melhor desenvolvidos por estes dois autores.

Gilberto Amado retrata a necessidade de formas de organização coletiva que ficaram muito incipientes na sociedade brasileira. Ele identificava os partidos políticos como uma das formas de organização coletiva mais capazes de exercer esse papel intermediário de aproximar os povos dos governos; traçando um paralelo com Holanda fica clara a identidade dos diagnósticos apresentados por ambos.

Quanto à instrução das massas ele também desenvolveu idéias alinhadas com as de Holanda, pois via no Brasil uma grande oportunidade de consolidação de práticas democráticas se houvesse uma correção dos vícios herdados do passado colonial.

Nestor Duarte por sua vez, merece ser aqui tratado como autor que escreveu *a posteriori* e insistiu na questão da falta de solidariedade entre os membros da sociedade brasileira. Solidariedade esta que é a formadora e uma das integrantes precípuas da idéia de nação. O personalismo exacerbado fornecedor do centralismo político é também um grave defeito para Nestor Duarte. A nação é tida necessariamente como uma coletividade e é com base nisto que os elementos dispersivos, como os impulsos personalistas, deveriam, ao seu ver, ser afastados

mesmo porque, dentre outras coisas, a solidariedade política não se implantou pela simples centralização política verificada após a Revolução de 1930. Como continuador da análise sobre a fundamental importância da solidariedade como tema sociológico é que Nestor Duarte é aqui mencionado.

A concentração recaiu sobre *Raízes do Brasil* por ser o livro que permite um tratamento de assuntos que estão também tratados em *Eleição e Representação* e *A Ordem Privada e A Organização Política Nacional*. Estes dois últimos livros abordam a prevalência de uma mentalidade tomada por interesses individuais, o domínio da ordem privada sobre o negócios públicos explicando assim sua deficiência no Brasil e a falta de instrução generalizada das massas. No caso de Nestor Duarte há ainda o recuo histórico às origens portuguesas para explicar a invasão da coisa pública pelos traços tipicamente particularistas da ordem privada. Mas é sobre a questão da ausência do sentimento de solidariedade que Nestor Duarte se notabilizou e deu importante contribuição à difusão de um pensamento sociológico brasileiro cujas principais obras vieram a lume nos anos da década de trinta do século passado. A falta de historicidade do brasileiro e de sua civilização foi também por ele tratada numa forma semelhante à de Sérgio Buarque de Holanda, mais uma vez estabelecendo a luta e os antagonismos entre o espírito privado e o espírito público.

Gilberto Amado antecipou em interessantes aspectos, ainda que sem o devido fôlego, o conteúdo de *Raízes do Brasil* e também de *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freyre. A falta de impessoalidade e o caráter débil das instituições políticas no Brasil constituem preocupação constante da obra de Gilberto Amado. No tocante à ausência dos partidos políticos, os posicionamentos de Amado e Holanda são correlatíssimos. As identidades e paralelos das três obras são vastíssimos, bem como a contribuição que elas representaram para o pensamento político brasileiro e para a Sociologia Brasileira.

Será a partir das considerações acima apontadas que se procurará fazer aqui uma leitura do pensamento de Alberto Torres, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Oliveira Vianna que se constituíram como as principais matrizes do pensamento político autoritário no Brasil republicano.

DESENVOLVIMENTO

Parte I - Considerações Sobre a Política: Discussão Teórica

Boa parte dos trabalhos desenvolvidos pelo cientista político Fábio Wanderley Reis ao longo dos últimos vinte anos têm abordado temas bastante relevantes para um entendimento mais razoável dos problemas enfrentados para uma melhor compreensão da política.

Valendo-se das contribuições de Reis é que aqui se procura entender mais exatamente uma das conceituações da política. Evidentemente, não se pode pretender nenhuma conceituação a este respeito que seja tida como acabada e consensual. Pretendê-lo seria, além de ingênuo, um

descompromisso com o desenvolvimento da prática científica. Cabe, contudo, examinar os progressos alcançados.

É sabido que um dos problemas fundamentais da política, e da Ciência Política na condição de campo do pensamento, consiste na indagação acerca da questão da democracia, ainda que adotar a democracia como perspectiva normativa possa apresentar alguma dificuldade. Será que o problema da política e da Ciência Política seria o problema da democracia? O exame desta questão envolveria uma outra, a saber: o processo político trata do quê mais especificamente?

Assumindo de fato o problema da democracia poder-se-ia dizer que a constituição e a preservação da autoridade democrática são alvos de intenso debate no âmbito da Ciência Política. Dito de outra forma: seria a necessidade de agregar equilibradamente a democracia e um exercício da autoridade.

Aqui se vê envolvida com relação ao exercício da autoridade uma noção de poder. Como lidar com a questão do poder? Na abordagem teórica do liberalismo a preocupação central é principalmente a consciência de que é essencial a necessidade de controlar o poder impedindo que o seu exercício se faça de forma tirânica ou despótica. Esta abordagem liberal, vista conforme este argumento da contenção do poder, parece torná-la bastante afeita à idéia de democracia. Por outro lado, bem analisada a questão, nota-se que o poder, assim escoimado, ainda não estaria isento de relações de dominação o que faria do liberalismo um constante movimento com vistas ao cerceamento, por assim dizer, do poder. Há, de fato, grande validade nas razões para a contenção do poder. Todavia, não se pode prescindir do mesmo como ingrediente necessário de qualquer esforço de coordenação das ações de organização que visem à realização de fins coletivos, conforme ressaltado por Reis.

Uma compreensão da política não poderia passar ao largo desta questão visto que ela está profundamente envolvida com a dinâmica e o equilíbrio social. Tomadas como elementos fundadores de uma organização social duas forças: uma ligada à regulação e à institucionalização e outra ligada à transformação e a mudança social constata-se logo a necessidade de um equilíbrio. Este equilíbrio seria maculado nas seguintes situações: sendo a força de regulação o campo da autoridade, da lei, da norma, do líder, pode-se assegurar que qualquer desvirtuamento da autoridade pelo seu excesso resultaria no autoritarismo, reduzindo, portanto, o espaço das forças criadoras. Por outro lado, um crescimento desmesurado desta última força ligada à transformação e à mudança social implicaria um comprometimento do organismo social pela sua possível desintegração ensejada pela anomia e pela prevalência da liberdade descontrolada e incapaz de manter coesa a associação dos indivíduos.

Não se pode avaliar o organismo social como uma equação onde o controle dos termos resultaria no resultado previamente imaginado. No entanto, algumas constatações podem ser extraídas tanto de um extremo quanto de outro. O predomínio de uma força sobre outra traduz-se numa perturbação da dinâmica social. O autoritarismo freqüentemente degenerando em uma liderança sem consonância com os regulados, uma expansão desnecessária do aparelho burocrático e uma rigidez da estratificação social. Tudo isso a contribuir para uma estagnação social e o conseqüente impedimento de uma renovação. A referida dinâmica social só encontraria sua realização com uma renovação constante entre o tradicional e o moderno, entre a regulação e a liberdade e entre a conservação e a mudança. Essa dinâmica social seria útil para uma melhor compreensão das diretrizes que orientam a mudança política e também fazem desta uma questão crucial. Crucial porque intimamente ligada à construção de identidades coletivas empenhadas no jogo político por meio das preferências dos agentes políticos. Esta idéia de mudança política não se dissocia do que já fora empregado como “desenvolvimento político”.

De uma espécie de tensão insuperável brotariam os catalisadores da mudança política. Mais uma vez surgiria a questão: como dar um caráter democrático ao exercício do poder de modo a permitir que agentes políticos não contemplados pela ação do Estado pudessem vir a realizar seus interesses ?

Os problemas da mudança política, segundo Reis, têm sido abordados nos estudos que tratam do tema do "desenvolvimento político" dentre os quais se destacam os trabalhos anglo-saxônicos, notadamente os de Charles Tilly, os trabalhos da chamada "Escola de Frankfurt", trabalhos estes vinculados à tradição marxista e geralmente abertos às inquisições e preocupações das Ciências Sociais contemporâneas em diversas áreas; seria útil ressaltar, dentro da "Escola de Frankfurt", o pensamento de Jürgen Habermas cujos temas centrais envolvem um contraste entre uma Ciência Social crítica e uma Ciência Social não-crítica ou apologética além de um reconhecimento do papel acentuado da razão no conhecimento em contraposição à uma racionalidade técnica de concepção positivista da história. A perspectiva de Habermas, segundo Reis, fornece uma contribuição de grande importância para uma Sociologia da política que possua tanto acuidade analítica como um núcleo da tradição crítica. Ainda assim o pensamento de Habermas apresentaria algumas vacilações e dificuldades, mas se suas idéias fossem confrontadas e complementadas com as teorias da "escolha pública" que apresentam nova forma de abordagem do fenômeno político elas poderiam encontrar as soluções para as indagações de Habermas.

Reis aponta como justificativa ao destaque da abordagem da "escolha pública" uma série de fatores dentre os quais merecem destaque os seguintes: o grande número de estudos que ela tem dado origem, o fato de carregar "uma promessa de reorientar em direção fecunda o antigo do problema das relações entre teoria e pesquisa empírica no campo das Ciências Sociais" (Reis, 1984, p.17), o fato de apoiar-se em instrumentos utilizados pela análise econômica e também o

fato de desenvolver um esforço de construção teórica empiricamente controlado, proposicional, não-meramente definicional, logicamente integrado, cumulativo e não dispersivo. Enfim este conteúdo “estrutural” e formalizante estaria mais apto a uma problematização mais objetiva dos problemas políticos ao menos em termos de metodologia no tratamento do assunto.

De Hannah Arendt, contudo, é que a concepção da política parece ganhar elementos úteis à análise aqui desenvolvida no sentido em que ao tratar das três atividades humanas básicas ou as três dimensões fundamentais da vida ativa ela aponta o labor, o trabalho e ação, sendo esta última capital para a política por ser a atividade que tem lugar entre os homens de forma direta e sem a mediação de coisas ou da matéria; é a esfera da ação e da fala em contraste com a esfera da fabricação (trabalho) e do fazer (labor). A ação caracterizaria especialmente a esfera do fenômeno político se desenvolvendo em um domínio público.

Raymundo Faoro também, por sua vez, franquia o pensamento político à ação, ao mundo da *práxis*, pois segundo ele *"A redução do pensamento político à filosofia política leva a desfigurar a política e a converter a história à história das idéias. (...) A política se desvincularia da realidade, perdida numa teia de doutrinas e de idéias em simplismo que a tornaria o desvario dos cérebros ociosos"* (Faoro,1994, p. 9). O pensamento político só se verificaria efetivamente quando se tornasse uma idéia imbuída de "força social". Resguardado na ação deveria estar o pensamento político. Para citar mais uma vez Faoro: *"A política, o direito, as leis traduzem o ' processo de vida real ' dos homens"*. (Faoro, 1994, p. 10). Em outro ponto Faoro argumenta que o pensamento político não cuida da transmissão, mas da ação, numa *práxis* que se desenvolve no *logos*. O pensamento político, para ele, como ação, como atividade concentrada, não se confunde como exercício de jornadas intelectuais, como exercício retórico. Faoro assevera ainda que o pensamento político é, (...), um ato político, compreensível politicamente, não em pautas abstratas. Daí o porquê de Faoro afirmar até mesmo ser irrelevante

a consciência teórica da ação, pois o que vale, para o pensamento político é a atividade política, é a atividade real implícita na ação, é a província da *práxis*. Num arremate, vale a pena a transcrição dessas duas últimas passagens: "*O pensamento político está sob a jurisdição do reino da práxis. A práxis, entretanto, não é um feixe caótico de instintos, mas de idéias*".(...) "*O pensamento político, porque atividade, contém carga crítica, que não se confunde com a escolástica, nem participa da visão teórico-contemplativa. (...)*" (Faoro,1994, pp. 17-18).

Retomando então a questão da esfera pública: quais seriam as pré-condições para o seu estabelecimento? Esta se estabeleceria apenas por meio da dominação e da sujeição, do governo e dos governados, do mando e da obediência na interpretação de Reis. Mais uma vez o pensamento de Habermas por meio de sua ação comunicativa surge em auxílio à uma conceituação da política. A ação comunicativa ou interação simbólica é "governada por normas consensuais revestidos de obrigatoriedade, as quais definem expectativas recíprocas de comportamento e devem ser entendidas e reconhecidas ao menos por dois sujeitos". (Reis, 1984, p.32)

Este papel dos sujeitos seria marcado fundamentalmente pelo reconhecimento que a estes seriam asseguradas um mínimo de autonomia, de reciprocidade e de pluralidade dos pontos de vista. Mas até que ponto esta elevação do indivíduo, do sujeito é pertinente para a conceituação da política? Na verdade, a esta auto-realização do sujeito se contraporiam o mundo institucional o qual não seria compreensível pela introspecção que é essencial ao mundo social. Reis traça um paralelo entre a importância do aspecto institucional para o caráter emancipatório e daí também o fato de ele embutir uma crítica a Marx, pois sua sociedade futura incluiria a abolição do Estado com o conseqüente desaparecimento (*sic*) da esfera pública. Crítica esta, aliás, por trás da argumentação de Hannah Arendt. O Estado, de fato, é tido como um espaço onde se manifestam relações de dominação, porém com a atenuante de que este mesmo Estado representaria o

instrumento necessário de contenção ou de restrição das relações de poder. A construção institucional estaria assim ligada à correção das bases sociais que são as causas dos problemas políticos.

Voltando à abordagem da “escolha pública” Reis chama a atenção para a intensidade com que tal abordagem tem sido empregada, principalmente no âmbito das políticas públicas. Enquanto objeto do processo político, as políticas públicas, em sua fase inicial de concepção, seriam um espaço menos suscetível à avaliação rigorosa e racional dadas as lutas e tensas formas de interação característica desta fase, porém em sua fase final de observação dos resultados já seria possível fazer considerações de eficiência e de racionalidade.

E a Sociologia e a Ciência Política tradicionais ou convencionais? A interpretação aqui encetaria para uma concepção onde os elementos de tensão e conflito seriam retratados tradicionalmente como traços da irracionalidade na vida social e política. Um pressuposto aceito pela Sociologia e pela Ciência Política tradicionais seria o de que as coletividades agem para a promoção de seus interesses grupais e coletivos. A esta visão a corrente da “Escolha Pública” se contrapõe, em argumentação diametralmente oposta, ao fato de que a conduta individual racionalmente orientada pode conduzir à solução dos conflitos sociais ou a resultados próximos a um ponto ótimo. Na verdade, defende a corrente da “Escolha Pública”, a conduta individual racionalmente orientada pode é conduzir ao desastre individual e coletivo. Como se vê: um total choque de análises. Numa tradução marota: o debate entre o um por todos, todos por um *versus* o um contra todos, todos contra um...

O domínio da política manifesta, de uma forma abrangente, a interferência recíproca de objetivos e o ponto de referência no exame de qualquer processo político concreto é a dimensão territorial onde os grupos étnicos e as classes sociais, ao se envolverem como participantes, fatalmente produzem externalidades e desencadeiam a competição.

Na próxima parte serão analisadas, a partir da visão aceita da política como sendo intrinsecamente conflitiva, as dificuldades para a consolidação de uma plena democracia, o necessário amadurecimento institucional e a dificuldade na inclusão ou exclusão de novos atores. Pontos estes que se constituem em empecilhos para um aperfeiçoamento crítico da experiência política brasileira.

Parte II - Considerações Sobre a Prática Política Brasileira e a Dificuldade de Seu Aperfeiçoamento Crítico

A idéia de aperfeiçoamento crítico da experiência política conforme aqui analisada deveria se enquadrar nos parâmetros estabelecidos do que seria um conceito de política e da atividade política.

Admite-se aqui a política como uma forma de atingir o equilíbrio social que seria identificado com um grau de estabilidade cuja perenidade abriria um espaço para uma constante renovação de atores configurando assim uma mudança social e uma alternância no poder de seguimentos capazes de expressar suas preferências e interesses no conjunto da sociedade.

Como a experiência política brasileira se encaixaria nesta visão aqui interpretada em sinonímia com o aperfeiçoamento crítico? No tocante a uma consolidação plena da democracia é possível dizer que esta não passou por momentos de suficiente fortalecimento nas ocasiões em que suas oportunidades de se manifestar foram minimamente asseguradas. Isso corrobora a tese

de Sérgio Buarque de Holanda de que a democracia no Brasil, não passara de um mal entendido...

Toma-se aqui a democracia não simplesmente pelos seus requisitos básicos como eleições livres, governo constitucional e plenas liberdades civis, mas sim numa dimensão em que as práticas políticas tenham como algo normal o fato de existirem agentes políticos dotados de diferentes opiniões e interesses e que o considerar desta existência envolve mesmo a admissão de que tais agentes não deveriam ser excluídos do processo político simplesmente em razão de sua postura ou de seus posicionamentos no espectro político-ideológico.

Considerações de ordem moral para vetar a ascensão de determinado seguimento social em razão de atitudes alegadamente expúrias eventualmente praticadas se autojustificariam, porém o impedimento da manifestação de diferentes posturas dos pretendentes ao poder configuraria violação de uma democracia minimamente estruturada. Isso seria uma restrição à ampliação da participação política destoante de um desenrolar natural de disputas políticas. O autoritarismo freqüentemente concorre para esse desvirtuamento da democracia. Desconsidera-se aqui a tomada abrupta e inconstitucional do poder o que já, por si só, dilapidaria qualquer esforço de democracia. O fato de o sistema político não ser capaz de permitir aos diferentes agente exercer suas prerrogativas de cidadania, isto sim, seria interpretado como falibilidade de um aperfeiçoamento crítico da experiência política.

Tomando-se os períodos de radicalização da política brasileira como o Estado Novo e o Regime Militar, observa-se facilmente o quanto envolveu a prática política no sentido acima exemplificado. A extinção ou interferência constante no sistema partidário, alterando-o e moldando-o conforme os desígnios do governo então estabelecido, constituem um outro exemplo de prática que inviabiliza crescentemente um desenvolvimento normal da prática política. E duplamente: em um primeiro momento os políticos parlamentares vêm abalada sua capacidade

de influir efetivamente no governo e, por outro lado, mais grave ainda, seria a deterioração da qualidade da representação onde os indivíduos não passariam mais a enxergar no sistema partidário um fiel garantidor da pluralidade e diversidade de opiniões dado que estas seriam descartáveis em tal quadro.

Ligada a esta questão da necessária consolidação da democracia para um aperfeiçoamento crítico da experiência política está a conturbada questão da inclusão e da exclusão de novos e velhos grupos sociais, respectivamente. No período da "República Velha", basicamente, se mantinham alheios ao sistema político aqueles que não dispusessem de complexas máquinas de aliciamento das populações locais por meio dos favorecimentos característicos do que ficou conhecido como o fenômeno do coronelismo; esse caso serve para ilustrar uma deformação da participação política onde grande parcela da população que, em razão das desigualdades sociais e das carências educacionais, não conseguia uma inserção capaz de habilitá-la a uma participação política ativa e consciente no sistema político de modo a fazer deste, de fato, o espaço da esfera pública e da produção de externalidades sendo estas não apenas favoráveis a uma oligarquia encastelada, mas sim ao conjunto da organização social - o que certamente atribuiria destaque ao papel dos regulados.

O advento da República está intimamente ligado à inclusão de novos grupos sociais, no entanto, esta inclusão dificilmente tenha se processado de maneira tranqüila. Haja vista a atabalhoada inclusão da grande parcela da população escrava que só seria elevada à condição de sujeito um ano antes da Proclamação da República. A inclusão neste caso não significando, evidentemente, o fim da exclusão social, mas do ponto de vista político era o ingresso de um novo contingente o qual não dispunha de condições para uma atuação política qualificada e uma expressão assegurada de seus interesses. Assunto este que será mais explorado na próxima parte deste trabalho.

Se se toma a exclusão de velhos grupos sociais do processo político como fora o pretendido pelos militares ao tomar o poder em 1964 também se evidencia o quanto a experiência política brasileira não fora capaz de demonstrar um aperfeiçoamento crítico. A idéia dos militares em ocasionar um afastamento da política tradicional também malogrou conforme ressaltado por Hagopian. Na verdade, a elite política tradicional brasileira conseguiu manter sua existência, e mesmo expandindo-a, tanto na mudança política para o regime autoritário quanto no retorno para o sistema democrático.

Ao se analisar o Regime Militar o que se nota, além do retardamento do amadurecimento político geral, é o fato de que este ao invés de alijar a política e o poder oligárquico do sistema político, conforme o planejado no início do Regime, acabou por restaurá-lo e por criar-lhe condições ao seu crescimento na medida em que o projeto militar de desenvolvimento econômico por meio do Estado teve de arregimentar o apoio político necessário pela via das eleições simbólicas que eram mantidas como parte da estratégia de governo.

Não se pretendia uma participação política que envolvesse o reconhecimento da divergência dos interesses dos outros, mas sim uma simples chancela aos ocupantes do poder. Ainda que existam outras claras razões para o questionamento dos regimes de exceção o foco aqui é para natureza das práticas políticas e os propósitos a que elas se destinam. Sendo tais propósitos descomprometidos com a visão da política como esfera pública onde, ao menos em tese, todos teriam asseguradas suas vontades desde que consoantes com um regulamento em que os mesmos tenham tomado parte.

O amadurecimento e o fortalecimento institucional também vão ao encontro de um aperfeiçoamento crítico da experiência política. Este amadurecimento tende a amortecer os conflitos pela sua rotinização dentro de um quadro previsível de acontecimentos. Desta forma não se esteriliza a mudança tão necessária ao já referido equilíbrio social. A ruptura passa a ser

interpretada não como um corpo estranho ao sistema político, mas como algo fundamental à vitalidade do mesmo. Para exemplificar pode ser aventado o período entre 1945 e 1964 conhecido como "República Populista" onde as massas rurais, sindicais e urbanas não encontravam uma possibilidade de exposição de seus interesses que não fosse inserida e controlada nos e pelos mecanismos do Estado. Este último mais preocupado em assegurar a continuidade de padrões de representações dos grupos dirigentes do que em dar verdadeira voz às manifestações populares típicas de uma sociedade em incipiente processo de desenvolvimento urbano-industrial.

A Questão do aperfeiçoamento crítico da política, se entendida como aqui colocada, não se encaminharia em direção a um fim ideal ou preferido. Antes sim, seria um processo constante de integração e mudança garantindo a renovação do sistema político pela via da inclusão e da participação dos atores sociais em condições de poderem impactar efetivamente o jogo político. Não foi à toa que empregou -se como citação a frase de Burke: *"Um Estado sem meios de alguma mudança não dispõe de meios para conservar-se."*

No Brasil, a idéia de aperfeiçoamento crítico da experiência política tem encontrado dificuldades para se por em marcha - razão pela qual o interesse deste trabalho em pinçar apenas as questões da dificuldade da consolidação da democracia e da precariedade das instituições cujo atrofiamento ou inibição impedem um melhor nível de desempenho do sistema político brasileiro e tornou relativamente comum uma tendência à prescrição de soluções autoritárias por parte de setores da "intelectualidade".

Uma razoável manifestação de aperfeiçoamento político passaria, necessariamente, pela correção das práticas políticas daqueles que ocupam o poder e que freqüentemente são os responsáveis pela implementação de reformas e adaptações que visem a um melhor desenvolvimento de nossa experiência política sem fazê-la, contudo, refêrem dos exemplos

vividos, nem sempre desejáveis para o futuro da nação. Não que se pretenda que os ocupantes do poder sejam dotados de uma espécie de iluminação que os movesse na direção de propósitos benevolentes, mas sim que eles fossem impelidos pela dinâmica e força das instituições das quais eles são parte.

O pensamento político de Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos foi responsável por parte deste debate e é dele que a próxima parte deste trabalho se ocupa, valendo-se, sobretudo, do que foi até agora aqui desenvolvido.

Antes de inserir a discussão sobre as matrizes do pensamento autoritário, convém, no entanto, desenvolver um pouco mais uma abordagem analítica em torno da natureza do processo político brasileiro e suas características nos períodos compreendidos entre os séculos XIX e XX que possibilitará uma reflexão a respeito das transições políticas tão debatidas não somente na História política brasileira como também na História política de outros países.

No caso brasileiro aqui focado, a problemática das transições políticas assume um caráter de cunho estrutural justamente por envolver mudança, ainda que sem viés revolucionário, na forma do Estado, de monárquico para republicano. Trata-se, portanto, não do exame de meras transições políticas ocasionadas por alternâncias de governos dentro de um arcabouço institucional estabelecido ou mesmo de transições de regimes democráticos para autoritários ou vice-versa, mas do exame de um fenômeno com implicações sociais mais amplas que vão além dos simples esquemas interpretativos fundados na dicotomia parametrizada por continuidades e rupturas.

Parte II.1 - **Formação e Composição da Elite dentro do Estado Imperial: Suas Conseqüências sobre a Política Brasileira:**

Esta seção está basicamente dedicada ao exame da formação e a composição da elite política brasileira dentro do Estado imperial ou do Regime Imperial que vigorou no Brasil de 1822 a 1889. As reflexões aqui desenvolvidas estão apoiadas no livro de José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial*.

Em que medida o trabalho de Carvalho pode fornecer explicações que auxiliem na interpretação mais arrazoadada a respeito do período imperial brasileiro? De que maneira a composição social da elite política imperial brasileira se reflete sobre os rumos do período republicano, uma vez que a influência dessa elite não se desfez pela simples mudança na forma do Estado?

José Murilo de Carvalho ressalta que um fator foi decisivo na diferenciação que se estabeleceu entre as colônias espanholas e a colônia portuguesa. O Brasil teria se distinguido pelo fato de que aqui, as opções políticas em torno dos grandes temas nacionais se processaram num ambiente no qual se verificavam alternativas políticas possíveis. A manutenção da unidade política da Ex-colônia após a Independência, a preocupação com o estabelecimento de um governo civil estável, a centralização das rendas públicas, a escravidão, o livre comércio, o regime monárquico representativo, enfim, eram todos esses os temas sobre os quais recaíram as decisões políticas.

O argumento é o de que o tipo de elite política que aqui se estabeleceu foi fortemente condicionado pela política colonial portuguesa. A administração colonial portuguesa fez com

que se desenvolvesse no Brasil um tipo de elite com características que, em alguma medida, a diferenciavam, por exemplo, das elites que se desenvolveram nas Ex-colônias espanholas.

Em linhas gerais, as principais características da elite política brasileira foram sua homogeneidade ideológica e de treinamento, além de sua homogeneidade social possibilitada basicamente via educação, via ocupação e via carreira política. Esses fatores possibilitaram o que Murilo de Carvalho qualificou como a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política.

É evidente que esse tipo de análise baseada no exame dos dados referentes à socialização, à origem social e ao treinamento daqueles que desempenhavam funções públicas possui uma vantagem por possibilitar o estabelecimento de comparações entre os diversos atores sociais num determinado período. Isso permite a elaboração, mais ou menos fundamentada, de afirmações a respeito do comportamento da burocracia, dos militares, do clero, dos profissionais liberais, dos magistrados e dos proprietários de terras, em torno da tomada de decisões políticas.

Esse embasamento empírico é de extrema valia, uma vez que ele ajuda a melhor entender o efetivo nível de influência que um segmento social qualquer eventualmente tivesse sobre as decisões políticas tomadas durante o período do Império.

Ainda que não houvesse uma homogeneidade perfeita da elite ao longo de todo o período, o fato é que se processou durante o Império uma razoável estabilidade política, notadamente a partir do final do conturbado Período Regencial. A última insurreição regional com algum potencial desestabilizador foi a Revolução Praieira de 1848, mas de uma maneira geral, todo o restante do período foi marcado por características que reforçavam os efeitos da educação e do treinamento no processo de unificação da elite, como a circulação geográfica e por cargos que fazia parte da carreira política circular à qual os membros da classe política se lançavam a fim de ascender até aos postos mais privilegiados nos organismos institucionais do Império.

Seria possível atribuir a algum grupo especial, a exemplo dos fazendeiros, uma influência tal, a ponto de suas preferências se colocarem no topo da agenda decisória imperial?

É evidente que a propriedade da terra e a defesa dos interesses a ela ligados constituem, na História do Brasil e de tantos outros países, um notável elemento de poder político. Reconhecer o fato, no entanto, não significa aceitar a tese de que tenha havido um predomínio claro e aberto dos interesses dos fazendeiros sobre os outros interesses nacionais presentes durante o período imperial. Fica bem explicado na obra de Murilo de Carvalho o quanto havia de interesse pela própria estabilidade do sistema político imperial, fosse ela conseguida com o apoio dos proprietários de terras ou apesar de uma eventual oposição que deles pudesse advir.

A preservação da escravidão, por exemplo, esteve mais associada à preocupação com a manutenção da integridade territorial do Império, pois mesmo dentre os proprietários de terras, havia aqueles que se beneficiariam com a Abolição. A decisão sobre o tema da escravidão exemplificou não um monolitismo das elites imperiais, mas o reforço da tese de que havia a possibilidade de se perseguir cursos alternativos de ações, conforme fosse o interesse que melhor atendesse à estabilidade do sistema político do Brasil Império.

As decisões tomadas pela elite política durante o Brasil Império afastaram os aspectos que viessem a favorecer a fragmentação do país, bem como a geração de lideranças caudilhescas que pudessem ocasionar mudanças irregulares e violentas no domínio do poder político. Essa interpretação revela um pendor para o equilíbrio do sistema em detrimento de decisões que ameaçassem desembocar em soluções radicais como as que se verificavam em muitas das nações latino-americanas.

O tipo de elite que aqui se desenvolveu, a despeito de ser essa elite ligada em grande parte à propriedade da terra, não autoriza a construção de afirmações que denotem o que seria

uma antecipação do que teria se verificado mais especificamente durante o período que ficou conhecido como a República Velha.

Parte II.2 - **As Implicações do Caráter Rural da Sociedade Brasileira sobre o Sistema Político.**

Nesta seção são explorados alguns fatores de natureza econômica e social que auxiliam no exame do Período Imperial, porém procurando ressaltar o peso dos fatores mais propriamente políticos na explicação da influência que a elite política imperial teve sobre a natureza do processo político brasileiro nos anos iniciais do período republicano.

A julgar pela composição dos Gabinetes que se sucederam ao longo do Período Imperial, a despeito do fato de que alguns dos presidentes do Conselho de Estado foram ligados aos interesses da grande lavoura cafeeira, não se pode dizer que os fazendeiros exerceram uma influência preponderante sobre as decisões políticas do Império.

A aceitação da tese equivaleria a reconhecer uma força dos fazendeiros que, apesar de existente, não seria suficiente para fundamentar uma análise que fatalmente deveria englobar o peso que os setores da burocracia, dos magistrados, do clero e dos militares também tinham dentro do sistema político imperial.

Some-se a isso ainda o fato de que o Estado, no Brasil, se colocava como centro vital em torno do qual gravitavam todos os setores politicamente ativos da sociedade, senão por uma questão de exercício de influência, certamente por uma questão de dependência econômica, uma vez que o domínio rural não impelia um dinamismo na economia que pudesse empregar as massas de bacharéis que, ao final do século XIX, não encontravam ocupação que não fosse

relacionada ao Estado, conforme fazem notar reiteradamente José Murilo de Carvalho e Raymundo Faoro.

O fato explica, em grande parte, a hipertrofia do Estado no Brasil, não por necessidade da administração pública, mas por exigência do tipo de sistema sociopolítico que se implantara no país.

O declínio da velha lavoura fez com que os senhores rurais passassem a dar lugar aos titulares das profissões citadinas.

A atividade política, a burocracia e as profissões liberais surgiram então como áreas destinadas a absorver os contingentes de bacharéis que não encontravam, nem poderiam encontrar, possibilidades de inserção numa economia essencialmente agrícola e, até certo ponto, inibidora de iniciativas que afastassem os capitais da lavoura de exportação.

As idéias propriamente reformadoras e modernizantes aqui não assumiram uma envergadura capaz de rivalizar com as idéias típicas do rígido paternalismo que tinha a família rural como origem e que se impregnava nas instituições e princípios consagrados da vida urbana. Isso foi o que serviu de fundamento ao trabalho de Graham para demonstrar o quanto o sistema de empregos públicos era permeável aos favorecimentos e clientelismos que se adaptavam com impressionante funcionalidade ao tipo de sistema político e “burocrático” verificado no Brasil.

O Estado burocrático marcado pela competência e capacidade, pela ordenação impessoal, pela definição clara de interesses objetivos, pela busca de princípios neutros e abstratos e por normas antiparticularistas chocava-se frontalmente com o Estado patrimonial dominado por relações de confiança inseridas num caráter familiar mediado por "contatos primários" onde vontades particulares atuam a partir de círculos fechados e pouco acessíveis aos "de fora".

Registre-se, por oportuno, que o positivismo no Brasil, ainda que alguns de seus representantes se distinguissem pelo desinteresse pessoal, sinceridade e probidade, não chegou a

inspirar um sentido construtivista aos negócios e serviços públicos brasileiros... No entanto, não se pode deixar de registrar que o lema positivista Ordem e Progresso viesse depois a inspirar boa parte dos movimentos com inspiração de modernização conservadora no Brasil, porém já com uma espécie de reciclagem do lema sob os ideais de segurança e desenvolvimento que, por assim dizer, deram a tônica dos discursos influenciados pela pregação de Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos, matrizes do pensamento político autoritário no Brasil.

Observe-se, no entanto, que o vício do bacharelismo não ficou restrito ao Brasil, pois mesmo nos Estados Unidos, até os anos da década de 1930, de todos os seus Presidentes, apenas dois não foram advogados, os generais Harding e Hoover. O gosto pelo bacharelismo no Brasil, como foi apontado, era o principal meio de se chegar ao serviço público onde abundavam as sinecuras e representava o emprego público, sobretudo, a segurança e a estabilidade desejadas.

As explicações de natureza essencialmente econômica que salientam o caráter monocultor e exportador da economia imperial no século XIX atribuem um peso excessivo ao grau de influência que os proprietários rurais detinham no sistema político imperial.

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda assevera que no Brasil se implantou uma civilização de raízes rurais sendo as cidades verdadeiras dependências rústicas das propriedades rurais, conforme anteriormente discutido.

O grande impacto que recaiu sobre essa civilização rural foi a proibição de tráfico negreiro em 1850 e seu desfecho com a Abolição da escravidão em 1888. O desvio dos capitais se fez em benefício das cidades, principalmente do Rio de Janeiro que experimentou, de 1851 a 1855, um período de grandes transformações: a constituição das sociedades anônimas, a fundação do Banco do Brasil, a inauguração da primeira linha telegráfica, a abertura da primeira linha ferroviária ligando a Corte à capital da Província de São Paulo.

O impacto das transformações supracitadas foi forte sobre a herança rural e colonial. A vitalidade temporária dos negócios carreada pela ânsia de enriquecimento, todavia, não fora suficiente para demover as práticas originadas no meio rural.

O espírito de facção e autarquia dos domínios rurais gerou um estilo de família patriarcal que se fez refletir não só durante o Período Imperial, como também durante o Período Republicano, principalmente no tocante à implantação do federalismo, que, dado o ambiente sociopolítico da época, acabou por favorecer os elementos necessários para que se configurasse o fenômeno do coronelismo, do mandonismo local, da “política dos governadores” e as conseqüências que disso implicavam para o sistema político brasileiro.

Merecem mais uma vez serem destacadas as seguintes características que se fizeram presentes na sociedade brasileira com repercussões sobre o sistema político nacional tanto imperial quanto republicano:

- A incomensurável autoridade do proprietário de terras nos domínios rurais;
- O pátrio poder ilimitado;
- O engenho ou a fazenda de café como organismos completamente autárquicos;
- Laços afetivos na vida pública ou o fato de que "a entidade privada prescinde sempre, neles (os indivíduos foram do recinto doméstico) a entidade pública".

Esses pontos, no entanto, não equivalem à aceitação da tese de que os proprietários rurais ou os fazendeiros de café eram os únicos responsáveis pelo teor das decisões políticas tomadas durante o Império. Essa condição foi, porém, favorecida pelas inovações institucionais proporcionadas pelo advento do Regime Republicano em que os cafeicultores passaram definitivamente da platéia ao palco.

O relaxamento do unitarismo imperial e a ampliação do sufrágio foram fatores políticos que ampliaram as condições favoráveis ao controle da máquina pública pelos grandes

proprietários rurais das áreas integradas ao sistema exportador – garantidor de grande parte das receitas públicas da época.

Na evolução que fez da vida rural brasileira Holanda ressaltou fortemente o quanto as cidades dependeram do domínio rural e isso representou o que caracterizaria a inversão brasileira mais *sui generis* que já se observou: o caráter apático das habitações rurais em contraste com a autonomia rural, em que pese o fato de que havia uma distinção entre os fazendeiros das áreas adiantadas e os fazendeiros das áreas atrasadas. Foram os fazendeiros das áreas adiantadas que tomaram a frente do Regime Republicano, ao passo que a decadência foi mais sentida pelos fazendeiros das regiões menos ligadas à nova lavoura - o café.

A tese da ocorrência de uma preponderância dos fazendeiros sobre as decisões políticas durante o período imperial não encontra respaldo. Sem embargo, houve aqui também a preocupação em destacar os fatores que apontassem para a confirmação da tese como o fato de que a economia do país era essencialmente agrícola e os fazendeiros teriam, por conseguinte, uma influência inegável. Todavia, reconhecer sua influência não seria bastante para lhes conferir um papel determinante sobre as decisões políticas do Império.

Na linha do que foi discutido neste trabalho sobre a necessidade do aperfeiçoamento crítico da política brasileira, procurou-se salientar aqui, no que concerne ao Período Imperial, que havia uma preocupação sistêmica, por assim dizer, mais relacionada com a preservação da estabilidade do sistema político imperial do que com a simples defesa de um segmento qualquer da sociedade, como os fazendeiros, por mais importantes que eles viessem a ser.

A análise da formação e composição da elite imperial também revelou que boa parte de seus membros encontrava seu espaço em função do tipo de Estado que se estabeleceu no Brasil. Um Estado permeável ao jogo de favorecimentos e clientelismos que abrigava os bacharéis

oriundos tanto das áreas atrasadas quanto das áreas que experimentavam avanços em decorrência de sua ligação ao setor exportador.

Ao Período Republicano, no entanto, as evidências suscitadas pelos fatores políticos do federalismo e da ampliação do sufrágio, por sua vez, indicam que os fazendeiros puderam, pelo ambiente sociopolítico herdado de uma sociedade rural, reunir os elementos necessários para que eles pudessem, de fato, exercer uma influência determinante sobre o sistema político pós-1889 e assim também fornecer um contexto político e social que abriu caminho para a crítica ao modelo de democracia representativa feita pela linhagem de pensadores políticos que se estabeleceram na literatura de Ciência Política e Sociologia Brasileira como matrizes do pensamento político autoritário no Brasil republicano, inspirando o título deste trabalho.

Parte III - **O Pensamento Político Autoritário Brasileiro e Suas Matrizes.**

Já foi apontado na introdução deste trabalho o porquê de considerar Alberto Torresⁱ, Azevedo Amaralⁱⁱ, Oliveira Viannaⁱⁱⁱ e Francisco Campos^{iv} como pensadores políticos autoritários. Em essência, todos eles foram críticos severos da primeira Constituição republicana, a de 1891, liberal e federativa. Todavia, tal caracterização não é completamente satisfatória porque toda rotulagem generalizante é potencialmente sujeita a imperfeições. Apontemos apenas uma simples contradição: Alberto Torres, na condição de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), fora um dos magistrados que mais acatou pedidos de *habeas corpus*, conforme registra a historiadora Lêda Boechat Rodrigues em seu livro *História do STF*. Como então enquadrar um autor numa categoria conceitual que por vezes pode esconder mais do que revelar? E isso não se

aplica apenas ao tema aqui abordado, mas a uma série de exemplos no âmbito das Ciências Sociais.

Em que pese a ressalva acima apontada, é oportuno, para fins de simplificação, manter-se o título autoritário, pensamento político autoritário. Espera-se que fique claro no decorrer desta seção o porquê desta escolha.

Há um tema que é bastante recorrente no pensamento político ocidental que é aquele referente às questões da liberdade e da autoridade. David Hume em seus *Ensaio Morais, Políticos e Literários* no artigo intitulado *Da Origem do Governo* registra que : " *Em todos os governos existe uma permanente luta intestina, aberta ou silenciosa, entre a Autoridade e a Liberdade, e neste conflito nem uma nem outra pode jamais prevalecer de maneira absoluta. Em todos os governos se tem necessariamente que (sic) fazer um grande sacrifício da liberdade, e contudo também a autoridade, que limita a liberdade, jamais deve, em qualquer constituição, tornar-se completa e incontrolável.*" No Brasil, quem em parte se ocupou em pensar sobre essa luta a que Hume se referiu, foram Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos.

Alberto Torres em seu livro de 1914, *O Problema Nacional Brasileiro: Introdução a um Programa de Organização Nacional* abriu caminho para um número considerável de homens que debateram a questão da organização nacional. O próprio Alberto Torres, neste mesmo ano de 1914 publicou um outro livro com o título de *A Organização Nacional* no qual o autor apresenta o texto do que seria uma Constituição que viesse a substituir a de 1891. E aí que surge a figura do que seria o Poder Coordenador como um quarto Poder. Em que pese os méritos individuais de Torres que obtivera experiência nos postos em que ocupara no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, sobressai uma enorme pretensão em querer apresentar para o país uma Constituição

como fruto exclusivo de sua mente e preferências. Como, aliás, acabou depois acontecendo com a Constituição de 1937, elaborado por Francisco Campos...

Isso fornece, porém, o que seria a obsessão organizadora presente nos discursos de Torres e de seus sucessores.

Torres expressara preocupação com o caráter imprevidente das explorações das riquezas naturais brasileiras, criticara a ausência de uma cultura própria, salientara a importância da nação como ponto de proteção amparo, assistência e socorro.

É curioso ressaltar que Torres afastou de sua análise elementos de raça, pois em sua concepção "*A raça é, de todos os elementos da nacionalidade, talvez, o menos ativo.*" (Torres, § 2, p. 28). Isso fornecia o amparo para que ele afirmasse que não havia raças superiores; tese esta que, ao seu ver, servia apenas aos propósitos de políticas imperialistas e expansionistas, em suas palavras: "*um dos bastiões montados pela ambição dos que aspiram ao domínio*". Convém lembrar aqui que Torres foi, no Brasil, um dos pioneiros no reconhecimento das investigações do antropólogo Franz Boas que depois viera a exercer grande influência sobre Gilberto Freyre.

Para Alberto Torres, numa forte crítica, a escravidão fora "*uma das poucas coisas com visos de organização, que este país jamais possuiu*". Daí a sua defesa de um princípio organizador que passasse a ser o fio condutor da política nacional e que fosse capaz de remover as "aéreas instituições políticas" experimentadas no Brasil desde os tempos do Império e que substituísse também o floral de teorias ao qual a República se encontrava atada.

Na visão de Alberto Torres o Estado seria o órgão da nação. O Estado seria o "*órgão geral dos problemas e das soluções dependentes da ação coletiva e futura...*". O problema nacional só existia nas nações que foram alvo de exploração colonial, pois Torres asseverava que as nações de origem remota e de lenta evolução não conheceram, nem conhecem(iam) o problema nacional. Nações que foram produto dos descobrimentos e das colonizações não

passariam de "improvisos sociais do acaso". Numa crítica ao imperialismo, ele arremata: "*Governos coloniais e colonizadores fazem invasões e conquistas: não fundam nações; são exploradores, não são sócios.*"(Torres,§2, p. 42).

Antecipando-se a Buarque de Holanda, Torres já apontava a tendência presente nas sociedades que lhe eram contemporâneas, no Brasil inclusive, para o abandono do trabalho e para a especulação.

O que seria essencial para fundar a sociedade política de um povo jovem era o nacionalismo e foi neste ponto que ele insistiu, pois seria o nacionalismo que combateria o "repertório de teorias exóticas". Não seria por meio de obras de regeneração nem de rigor punitivo que se corrigiria o problema nacional, mas por meio de esforços que, no seu dizer, não chegariam a sacrifícios: deixar de depositar confiança na "magia solutória do amanhã" e recusar definitivamente o "habitual desencargo de consciência" por parte dos brasileiros. Competiria aos brasileiros também o abandono do que, segundo Torres, consistia na "*forma negativa... de exagerar e proclamar os nossos defeitos, os nossos vícios, a nossa corrupção, a nossa ignorância.*" (Torres,§2, p. 56).

Era com ironia que Torres se referia ao "ceticismo de infantil imitação" e à "espécie de inconsciência nacional", pois para ele a descrença no ideal e a dúvida do progresso eram produto do negativismo e do pessimismo absoluto aos quais os brasileiros ilustrados foram se habituando por meio de livros filosóficos, jornais, manifestos e discursos acadêmicos inspirados em fontes externas. Em resposta a isso Alberto Torres conclamava para a necessidade de "*... coragem em afirmar o nosso caráter, de proclamar, com honra, a nossa origem e a nossa índole;*" Não se percebe em seu diagnóstico sobre o Brasil nenhum sentimento nostálgico. Há na verdade uma denúncia dos hábitos e práticas oriundos das elites que teriam levado o país à desordem e ao comprometimento das potencialidades nacionais. Ele novamente chega a ser irônico em sua

crítica ao copismo das elites brasileiras, dos civilizados contemporâneos seus. Diz ele que se os portugueses não tivessem introduzido seus modelos arquitetônicos de casas chatas e largas, não teriam demorado a surgir tolas imitações dos chalés suíços ou dos *cottages* ingleses totalmente estranhos ao ambiente tropical brasileiro...

Torres chamava a atenção para a "... *ausência do espírito nacional 'prático' fundada na consciência dos interesses comuns a todos agrupamentos políticos, religiosos, econômicos, comerciais e industriais.*" (Torres, §1, p.85). É esse o mesmo tipo de constatação que faz Sérgio Buarque de Holanda ao notar na sociedade brasileira a falta de solidariedade fundada em relação de interesse em lugar daquele tipo de solidariedade fundada em relação de sentimentos a qual é prevaiente.

É difícil concluir que a análise de Torres assume um viés autoritário quando ele aponta para a falta de tradições e de instituições aristocráticas, de espírito de hierarquia, de tendência para a disciplina e para a autoridade. Ao argumentar em torno desses assuntos ele mais constata do que propõe. Assim como Holanda, Torres, mesmo sob uma aparência involuntária, parecia desenterrar as raízes do Brasil. A questão que se coloca então é saber em que conceito de autoritarismo seria possível incluir este autor?

A tônica de Torres se concentrava em propugnar um Estado atuante, pragmático e capaz de se antecipar à sociedade. Direção política, enfim era o necessário para que as forças sociais brasileiras fossem libertas de sua impassibilidade e passassem a substituir as instituições e os costumes que não atendiam aos interesses nacionais. É importante ressaltar a crítica de Torres aos costumes pedantes, verbalescos e imaginativos disseminados na sociedade e que impediam qualquer desenvolvimento da capacidade de conceber e de elaborar. Uma sociedade, por assim dizer, não preparada e não educada para a realização dos propósitos de uma política previdente e de uma efetiva soberania política.

Torres atribuiu grande significância às ações de governo como se percebe na seguinte passagem: *"A fase da evolução humana a que chegamos tem sido caracterizada pelo predomínio do fator político sobre os fatores cósmicos e sociais do desenvolvimento."* (Torres, § 3, p.116) Mais adiante ele afirmava: *"É erro imputar aos povos, na crítica dos acontecimentos sociais, a responsabilidade dos desvios da evolução e de esperar deles a iniciativa das reformas e movimentos reparadores."* (Torres, § 5, p.116). A transcrição das passagens supracitadas dá conta do tipo de pensamento político nutrido numa concepção autoritária do relacionamento entre Estado e sociedade. É um tipo de interpretação que beira a desqualificar impulsos políticos que partam, por exemplo, de acontecimentos oriundos de uma efetiva participação popular nos destinos coletivos que são, por vezes, estabelecidos ou condicionados pela ação estatal. Para Torres: *" Só há um fator, uma força, um instrumento, um órgão, uma vontade, uma inteligência, com a função de promover a ação nacional, de manter a vida do país, no que o interessa em conjunto e permanentemente: é o aparelho político-administrativo, com seus vários órgãos."* (Torres, § 5, p.117).

O que se percebe é que Torres não advogava uma simples ampliação do Estado, daquele Estado da "República Velha", daquele Estado que cancelava a "Federação de caudilhagem", mas uma espécie de novo Estado, mais tarde consubstanciado no que veio a ser o "Estado Novo" varguista que teria em Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos seus principais sistematizadores.

Numa rediscussão de conceitos liberais Torres atribuía aos governos contemporâneos seus a defesa dos indivíduos dos excessos do individualismo e a defesa da sociedade contra seus déspotas espontâneos. Enfim, um liberalismo cujo ponto de partida seria o Estado e não o indivíduo, ou seja, a defesa não seria do indivíduo perante o Estado, mas do indivíduo perante seus semelhantes. Visão esta imprópria por confundir o relacionamento entre indivíduo e Estado,

pois, por definição, o Estado já é após sua constituição, de fato, quem regula as ações sociais entre os indivíduos de uma sociedade e quem, para tanto, detém o uso legítimo da força num determinado território.

As preocupações de Torres se concentravam em repelir as discussões que ao seu ver não tinham outro efeito que não o da polêmica e o do aplauso literário. Sua obra é repleta de reflexões sobre a necessidade da indústria, mas, sobretudo da agricultura, além do comércio, da infra-estrutura, dos transportes, da proteção ao meio-ambiente, do crédito, de trabalho organizado, de solidariedade e de cooperação. Estes propósitos seriam alcançados por meio de uma consciência nacional e de uma reorganização social e política do Brasil para que este país se tornasse *"... um cooperador da civilização, em vez de uma logradouro internacional da especulação e do capitalismo ocioso"*.

Tanto no plano político quanto no plano econômico Alberto Torres conduz sua defesa da luta pela soberania e autonomia política imbuídas do postulado do nacionalismo. *"O nosso (sic) nacionalismo não é uma inspiração sentimental, nem um programa doutrinário, que pressupunha um colorido mais forte do sentimento ou do conceito patriótico. É um simples movimento de restauração conservadora e reorganizadora."* (Torres, § 2, p.133).

O pensamento de Alberto Torres teve sua ressonância em Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos. Todos eles tinham suas análises aproximadas na dimensão sociopolítica de suas obras.

Azevedo Amaral durante os anos da década de 1930 produziu livros intitulados *"Ensaio Brasileiro"*, *"O Brasil na Crise Atual"*, *"A Aventura Política no Brasil"* e *"Renovação Nacional"*, todos eles, segundo o próprio autor, escritos com a finalidade de dar encadeamento aos estudos sociológicos e políticos em torno dos problemas brasileiros. Porém, o trabalho de Azevedo Amaral que aqui é focado é o livro intitulado *"O Estado Autoritário e a Realidade"*

Nacional" surgido em janeiro de 1938, logo após a implantação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937.

Assim como Alberto Torres, Azevedo Amaral aponta logo nas considerações preliminares de sua obra que... *"Estruturas exóticas e estilos de arquitetura sociológica e política importados de outros meios dificilmente se ajustam aos alicerces em que têm de se apoiar, sob pena de darem às sociedades e às suas instituições uma instabilidade, que torna precária toda a obra realizada."* Este pensamento se coadunava com o ambiente político da época em que prevalecia a necessidade de criação instituições nacionais. Amaral, não obstante, não excluiu totalmente a influência externa que em maior ou em menor grau haveria de ser considerada na elaboração de instituições políticas próprias às realidades circundantes.

Na mesma linha de Buarque de Holanda, Amaral atribuiu à fase inicial da colonização portuguesa no Brasil uma ausência da preocupação lusa em realizar uma ocupação permanente com finalidades políticas. Segundo Amaral, este traço da colonização portuguesa fez com que não houvesse no Brasil o desenvolvimento precoce de aptidões políticas nos colonos que os habilitasse ao estabelecimento de instituições e métodos de governo harmônicos com as realidades do ambiente brasileiro.

Amaral investigava o que seriam as bases de uma "verdadeira" nacionalidade que ao seu ver estaria pautada por uma consciência política formada por uma coletividade coordenada por vínculos políticos. No entanto, este "espírito político" fora ausente no Brasil.

Amaral chamava a atenção para a resistência, dentre a "classe dirigente do Brasil", ao Estado, à autoridade pública, que ao seu ver era fruto do excessivo rigor com que a organização estatal colonial baixava suas diretrizes fiscalistas e foi isso que contribuiu para a eclosão da primeira consciência política nacional nas primeiras décadas do século XVIII. Todavia, no seu

entender, essa primeira consciência política nacional possuiu uma "deformação mental" justamente por sua reação hostil à organização estatal.

Numa interpretação discutível da obra de Gilberto Freyre, *Casa-grande e Senzala*, Amaral, diferentemente de Torres, atribuiu a fatores de ordem étnica que teriam repercutido desfavoravelmente na "plasmagem da mentalidade política nacional". O seu linguajar em termos de "componentes parasitários", "elementos superiores" revelavam o quanto ainda havia de suscetibilidade na intelectualidade brasileira a argumentos dessa natureza. Numa fase de seus trabalhos, Oliveira Vianna também recorrera a tal tipo de argumentação.

Além da hostilidade à autoridade e da miscigenação luso-ameríndia-africana, Amaral apresentou as incidências no Brasil das primeiras preocupações cívicas com a Revolução Francesa como sendo a terceira "anomalia" que caracterizou a evolução política do Brasil. Para Amaral aquele contato com o Velho Mundo não fora vantajoso para o pensamento político brasileiro porque nem as instituições parlamentares britânicas nem a revolucionária ideologia política francesa poderiam servir de suportes a qualquer plano brasileiro de organização nacional.

Na reconstituição sumária que faz da História do Brasil, Amaral, repetidas vezes, sublinhou o quanto as instituições políticas nacionais foram cada vez mais se afastando da realidade. E é essa a tônica predominante em seu livro.

Convém salientar que Azevedo Amaral teve sobre a Constituição de 1891 uma compreensão distinta da dos outros autores aqui analisados. Para ele as críticas que se faziam à Constituição de 1891 se constituíam às vezes em "erro, exagero e injustiça", pois, ao seu ver, não se poderia atribuir ao estatuto político da primeira República todos os vícios perturbadores e as "*responsabilidades pelo estímulo das forças centrípetas e disruptivas da nacionalidade*". No seu entender era ao período Imperial e, particularmente, ao Ato Adicional de 1834 que se deveria

apresentar a fatura. Isso, não obstante, não seria suficiente para apresentar-se aqui uma conclusão sobre o pensamento de Azevedo Amaral que o excluísse do grupo dos críticos da Constituição de 1891, mesmo porque mais adiante ele ponderava que "*... pode-se dizer mesmo que a ordem política estabelecida em 1891 veio a agravar males surgidos durante o período monárquico*". (Amaral, §3, p. 32).

Se comparadas as Constituições de 1824 e 1891, Amaral afirmou mesmo que esta última aproximou-se mais da realidade brasileira.

O que Azevedo Amaral apontava como defeitos do Império era a centralização que acabou por gerar sentimentos com "germes separatistas" nas províncias pela falta de liberdade administrativa que era a marca da política imperial. Quando da celebração do princípio federativo na Constituição de 1891 e a conseqüente admissão de autonomia aos estados, na visão de Amaral, possibilitou-se uma dissolução das forças disruptivas da nacionalidade. Contudo, o autor defende a tese de que houve já ao fim da primeira República um excesso de autonomia e o que fora benéfico em 1891 passara a ser ameaçador da unidade nacional e isso seria um dos pontos sobre o qual se apoiou o movimento revolucionário de 1930.

O que faltou ao Brasil no entender de Azevedo Amaral foi uma análise objetiva da realidade nacional que viesse a impedir a manifestação de artificialismos, abstrações e irrealidades em matéria política. A Constituição de 1934, produto da Revolução de 1930 e do Movimento Paulista de 1932, também não teria escapado à crítica de Azevedo Amaral, pois essa Constituição, por sua vez, não lograra coadunar seus princípios com a realidade nacional. Acresce-se a isso o fato de ter sido essa Constituição elaborada por uma assembléia numerosa e eleita em eleição direta pelo sufrágio universal. É nesse ponto que Azevedo Amaral desenvolve seu ideário de viés autoritário. A Constituição de 1934 para Amaral era "*... antes uma espécie de*

enciclopédia informativa das doutrinas políticas da atualidade que uma constituição no sentido autêntico da palavra."

A Constituição de 1937, no entanto, resguardava o que Amaral qualificava como sendo o "... caráter realístico da lei básica do "Estado Novo"." (Amaral, § 1, p.83) Coesão e harmonia seriam seus distintivos em relação às anteriores.

Azevedo Amaral preocupou-se em distinguir o regime do Estado Novo dos regimes totalitários de natureza comunista e fascista, bem como da democracia liberal. O advento do Estado Novo configuraria a "democracia autêntica". A "pseudodemocracia" seria aquela marcada pelo postulado da igualdade, pela eleição direta, pela temporalidade dos mandatos, pelas restrições à autoridade executiva, pela "ficção" da divisão dos Poderes, pelo critério majoritário, pelo sistema representativo, e pelo sufrágio universal. Amaral expressou em seu livro uma visão que não atribuía ao incipiente eleitorado qualquer mérito para o exercício da atividade e da participação política, revelando assim um elitismo extremado. A análise de Amaral no tocante à democracia liberal no Brasil era a de que os métodos de representação experimentados aqui apresentavam defeitos e falhas sob uma forma extrema visto que um pequeno grupo de manipuladores da maquinaria política exercia uma influência viciada sobre a massa ignora de votantes desqualificados para opinar e escolher conscientemente. Mesmo o voto secreto e a implantação da Justiça Eleitoral em 1932 não se mostravam suficientes para Amaral no sentido de eliminar das eleições as práticas políticas da "República Velha" ou primeira República. Face a esse diagnóstico, o que se apresentava como solução ou atenuante?

A resposta à pergunta acima formulada foi fornecida por Amaral ao defender uma forma de democracia que envolvesse "logicamente" uma organização hierárquica da sociedade; sociedade esta que seria dotada de um sistema político com eleição indireta tanto para a escolha dos membros da Câmara Nacional quanto para a escolha do Presidente da República. Às massas

eleitorais, reservar-se-ia, contudo, o instituto dos referendos para algumas questões de natureza plebiscitária: SIM ou NÃO. O Estado estaria integralmente identificado com a Nação. E haveria ainda a consagração do "Chefe da Nação" como o elemento de estruturação e dinamismo do que seria o Estado autoritário.

Para Azevedo Amaral não havia antagonismo entre as idéias de autoridade e democracia. O autoritarismo foi por ele apontado como uma alternativa sólida à democracia, ou, no mínimo, como uma forma de governo que seria capaz de *"... permitir o desenvolvimento normal da democracia e das suas instituições de modo a torná-las adequadas às soluções dos problemas cada vez mais complexos que surgem em todos os setores da vida das nações contemporâneas."* (Amaral, §3, p.106). Ponto este, aliás, que também seria fortemente realçado por Oliveira Vianna como se verá logo abaixo.

É ao tentar igualar Sociedade e Estado é que a argumentação de Azevedo Amaral torna-se frágil. Isso porque ele elimina toda dimensão conflitiva que possa haver entre esses dois entes. Ademais, crê numa espécie de racionalidade que veria no conflito social uma mera inadaptação de instituições à realidade nacional. Daí seu julgamento a respeito da superfluidade dos partidos políticos ou de qualquer outra organização intermediária entre Estado e Sociedade. Seu historicismo não o permite fazer concessões a outro princípio político que não fosse o do autoritarismo estatal. Seu conceito de representação só chancelava o sistema corporativista de representação das forças econômicas e profissionais eleitas sob a forma de eleição indireta. A interpretação de Amaral sobre a organização política implantada no Brasil com o Estado Novo era a de que este seria um Estado autoritário que se inseria como um intermediário entre o Estado regulador da democracia liberal e o Estado totalitário característico do fascismo e do nazismo. No Estado autoritário, sem embargo, assegurar-se-ia ao indivíduo as liberdades no plano econômico e um amplo arco de liberdade de iniciativa. O jogo, a barganha, a disputa, a liderança

político-partidária, enfim os elementos parcialmente constitutivos de um conceito de política, todavia, não cabem no esquema institucional de Azevedo Amaral. Uma coletividade universalizada e compactada estaria assim singularizada sob os desígnios de um Estado nacional.

É curioso notar que Amaral foi bastante expansivo na admissão das liberdades individuais, notadamente em matéria de consciência e opinião. O difícil seria entender como seria a convivência ideológica com o Estado autoritário e nesse ponto ele não avançou muito a discussão e no que pontuou ficou clara a insustentabilidade da sua idéia uma vez que ele colocava a segurança da organização estatal e seu sentido ideológico acima das liberdades individuais.

O intervencionismo estatal nos diversos campos da economia seria para Azevedo Amaral uma necessidade uma vez que para ele já se havia consumado a "falência da economia liberal". Ao que ele chamava de "economia equilibrada" em contraposição à "economia dirigida", competiria o auxílio ao Estado autoritário. Por meio dessa "economia equilibrada" haveria o pleno envolvimento das forças dinâmicas oriundas das iniciativas individuais e das atividades privadas, pois, ao seu ver, o capitalismo de Estado estaria fadado a muitos e graves equívocos se pretendesse a tudo englobar. A ação direta do governo em alguns setores poderia ser mesmo calamitosa. Estas são algumas das nuances do pensamento de Amaral.

Percebe-se um outro ponto de dissociação entre Alberto Torres e Azevedo Amaral em matéria econômica no tocante ao papel dos investimentos estrangeiros. Ao passo que o primeiro quase que os repelia, Amaral, por sua vez, reconhecia sua importância e mesmo essencialidade. Uma de suas escassas críticas à Constituição de 1937 é justamente contra o artigo Desta em que figuravam restrições ao capital e aos empreendimentos estrangeiros. Para ele, tal artigo, o 143, era uma demonstração de "acanhado nacionalismo econômico".

Azevedo Amaral atribuía o desenvolvimento do corporativismo a razões e fatores de natureza econômica, procurando ao mesmo tempo, dissociá-lo de qualquer inspiração ou doutrina política especial, fosse ela fascista, sindicalista-revolucionária ou anarquista-sindicalista. Este corporativismo seria o equivalente da preponderância da coletividade sobre o indivíduo e do bem público sobre os interesses particulares. Ora não seria esta a luta da própria democracia sem, no entanto, restringir o papel do indivíduo? Admitindo-se este conceito de corporativismo apresentado por Amaral, não se percebe, então, quais seriam as falhas das bases democráticas da organização de uma sociedade, no caso a brasileira.

Em linhas gerais, o Estado Novo e a Constituição de 1937 seriam para Azevedo Amaral uma resposta histórica à realidade nacional. Ambos tinham seu mérito no fato de não serem divagações em torno do conceito de liberdade e tampouco uma adequação de uma teoria política qualquer àquela circunstância específica. A idéia adequada de liberdade estaria necessariamente ajustada à configuração do Estado autoritário. Mais especificamente em relação ao Estado Novo, Amaral o interpretava não como uma concretude pronta e acabada ou uma instituição estática. O Estado Novo seria essencialmente progressivo, realístico e dinâmico. Este dinamismo seria impulsionado pela influência das forças culturais e intelectuais presentes na sociedade brasileira; daí o porquê de Amaral não comungar com a prática indiscriminada da censura à liberdade de expressão do pensamento, tão comum em regimes autoritários. Além do mais havia a questão da composição do aparelho dirigente da máquina estatal que deveria ser ocupado por postulantes que atendessem aos processos meritocráticos de seleção.

Escrevendo na aurora do Estado Novo Amaral estipulava três desafios a serem superados pela nova organização política: a consolidação da nacionalidade brasileira, a expansão das forças econômicas nacionais e o desenvolvimento da cultura brasileira. Em razão de sua morte logo em

janeiro de 1942, ele não pôde avaliar o alcance efetivo das políticas implantadas com o Estado Novo. Foram Oliveira Vianna e Francisco Campos que puderam realizar tal tarefa.

Oliveira Vianna foi talvez o autor mais debatido dentre os aqui enfocados, embora ele também tenha experimentado seu período de ostracismo após a queda do Estado Novo. O debate em torno da obra de Oliveira Vianna pautou-se em parte por uma crítica voraz às suas idéias de cunho racista numa primeira fase de seus escritos. No entanto, foi com a publicação de *Instituições Políticas Brasileiras* em 1949 e mais precisamente com o retorno do regime político do país ao autoritarismo em 1964 que o interesse pelo pensamento político de Oliveira Vianna foi despertado. Assevera Ricardo Vélez Rodriguez que Oliveira Vianna passara a ter grande influência não só no campo técnico-jurídico, mas, sobretudo no campo dos princípios que vieram a orientar a ideologia do “Estado Novo”. Seus escritos dos anos da década de 1920 exerceram marcada influência sobre os membros da geração castilhista de Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura e Lindolfo Collor.

Onde reside o autoritarismo na análise de Oliveira Vianna? A análise política contida em *Instituições Políticas Brasileiras* procura salientar aspectos já aqui referidos no tocante a Alberto Torres e a Azevedo Amaral.

Ainda Vélez Rodrigues aponta nesta obra publicada em 1949, a fonte inspiradora para a campanha de Vargas para volta ao poder em 1951. Oliveira Vianna apresentava em seus escritos elementos facilmente identificados com as perspectivas do castilhismo e até do positivismo em traços mais amplos. A identificação do bem público com a estabilidade dos Estado, o exercício do que Rodriguez chama de tutela moralizadora da sociedade, a continuidade administrativa e o conservadorismo com ares de racionalização e centralização presentes nas obras de Oliveira Vianna o habilitariam como um dos mais destacados expoentes do que seria o pensamento político autoritário, com influências na implantação do “Estado Novo” e até mesmo no

Movimento Militar de 1964, uma vez que as teses de Oliveira Vianna encontraram eco posterior na Escola Superior de Guerra.

Oliveira Vianna apresentava sua crítica ao Federalismo, que, num país como o Brasil, dado o tipo de formação social clânica e parental que o distinguiu, só poderia resultar no mandonismo, no personalismo, no coronelismo e na anarquia. A extensão do sufrágio às camadas populares era outro ponto sobre o qual ele expressara nítido descontentamento, pois, no seu entendimento, a "população", o "povo-massa", os "analfabetos", os "mestiços", "a peonagem dos campos e... das cidades" estaria inabilitada para o exercício da "soberania constitucional" e era isso que empatava a organização nacional. Seria característica ao povo brasileiro, sobretudo, a incapacidade política.

O pensamento político de Oliveira Vianna expressava uma ausência de uma formação social brasileira nutrida em práticas democráticas e isso impedia que frutificassem no Brasil as "imitações" de modelos liberais implantados no ocidente europeu ou nos Estados Unidos da América. Sua compreensão era a de que a sociedade brasileira se caracterizava pela ausência daquele tipo de solidariedade fundada na relação de interesse tratada por Sérgio Buarque de Holanda; daí a debilidade da idéia de interesse coletivo, de espírito público e de bem comum. O que prevalecia era a relação de solidariedade de sentimento, clânica e parental, que com a universalização do sufrágio passara também a se constituir no princípio orientador dos partidos políticos, os quais, por sua vez, teriam impingido os seus defeitos ao Estado.

O tipo de Estado que seria adequado ao Brasil segundo Oliveira Vianna seria o Estado autoritário que não cederia nem diante da democracia representativa, já que eleições e eleitores, bem como parlamento e partidos seriam descartáveis, nem diante da democracia participativa de massas baseada em referendos, iniciativas e plebiscitos.

A obra política de Oliveira Vianna é bastante multifacetada e extensa para que seja possível fazer aqui um exame exaustivo. Em linhas gerais, as idéias mais nitidamente autoritárias desse autor estão ligadas ao seu viés antidemocrático e antiparlamentar. É curioso notar, mais especificamente em relação ao Estado Novo, que Oliveira Vianna atribuía à organização dos Poderes constitucionais uma necessidade de um perfil centralizado em que o Executivo teria uma peso bem maior que o Legislativo e que o Judiciário ainda que no último capítulo de *Instituições Políticas Brasileiras* ele devotasse a este Poder um importante papel numa ordem política. Quem não fica bem no esquema institucional de Oliveira Vianna é o Poder Legislativo, talvez por ser o *locus* de manifestação das principais falhas ocasionadas pelo que ele chamava de "marginalismo das elites políticas" brasileiras excessivamente imbuídas da "mania saxonizante". Era desse ideário que ele retirava seus argumentos para, na verdade, apoiar a idéia de que era necessário até mesmo retirar a prerrogativa legislativa do Parlamento e transferi-la, no maior grau possível, aos Conselhos Técnicos subordinados à gerência direta do Poder Executivo. Dentro deste Poder, os Conselhos Técnicos exerceriam uma efetiva influência que seria sempre considerada em razão de seu prestígio técnico, ficando o poder decisório, porém, resguardado às autoridades estatais.

Oliveira Vianna não conseguia enxergar grande mérito no Parlamento nem na atividade parlamentar, tampouco nos políticos. Aos técnicos, aos burocratas, por outro lado, a reverência e o respeito eram destacados. Apenas para a verificação de um frontal contraste de análises seria oportuno lembrar aqui a discussão que Max Weber pretendeu suscitar na Alemanha com seu livro de 1917 intitulado *Parlamento e Governo Numa Alemanha Reordenada* onde o sociólogo alemão pregava justamente o contrário.

Antes de apresentar sua defesa da necessidade de um parlamento forte Max Weber analisou a herança política de Bismarck para explicar o estado das instituições políticas alemãs durante o Império. O esforço de Weber era o de depreender as conseqüências das políticas

implementadas por Bismarck, pois durante seu período de governo (1862-1890), Weber alega que a Alemanha teria sacrificado, como nenhuma outra nação briosa, suas próprias convicções essenciais em favor de uma personalidade. Após a renúncia de Bismarck em 1890 a Alemanha se encontrava num quadro em que avultava a nulidade do parlamento e dos políticos de partido. Fatos esses, segundo Weber, perseguidos e estimulados conscientemente pelo próprio Chanceler. Ao considerar a alegada "superioridade intelectual" de Bismarck e a mediocridade da média dos "políticos de dimensões comuns", Weber argumentava que deveriam surgir instituições capazes de dar continuidade à política do primeiro no que ela tinha de maturidade em termos de consolidação do poder nacional alemão. E dentre essas instituições, "um parlamento participante e positivo", ocuparia lugar de destaque, visto que tal parlamento disporia de grandes qualidades políticas e de partidos fortes. Todavia, o que se passara na política de Bismarck era a completa inadmissibilidade da consolidação de qualquer partido constitucional forte e independente.

Bismarck destruíra o partido que o apoiara no passado, o Partido Nacional-Liberal, e escolhera depender de um partido, o Partido do Centro, cujas forças de sustentação se encontravam fora do parlamento, no caso, no clero católico, portanto, fora também do alcance de sua mira. Segundo Weber, Bismarck falhara com sua política de enfraquecimento dos partidos, com sua política baseada na gratidão no tocante à lei social das pensões do Império - "... grave erro político"; "... demagogia,... das mais nefastas..." (p. 36) - e falhara também na não concessão de garantias à manutenção dos trabalhadores ativos que eram aqueles realmente importantes em termos políticos.

A avaliação de Weber sobre Bismarck procurou se afastar do sentimentalismo e das apologias tão comuns em relação ao Chanceler, ainda que ele reconhecesse seus valiosos méritos. Para Weber, Bismarck impediu que a nação alemã participasse ativamente das decisões acerca de seu destino político e somente essa participação é que lhe teria possibilitado o

"aprendizado do discernimento político". O saldo pós - Bismarck para a Alemanha era: uma nação sem qualquer formação e/ou tradição política, sem qualquer vontade política, sem senso crítico e com um "parlamento completamente impotente" e com uma classe política de "nível intelectual grandemente reduzido".

Max Weber, porém não limitou seu diagnóstico da situação do parlamento apenas no "nível intelectual grandemente reduzido" de seus membros. O que era decisivo para verificar o baixo ou alto nível daquele, segundo Weber, era se, nas suas instâncias, os problemas eram meramente debatidos ou se, de fato, eram decididos. Em outras palavras, se o poder residia no parlamento ou fora dele. Não se pode deixar de mencionar aqui também o reconhecimento de Weber do poder sobre o orçamento como o instrumento parlamentar decisivo.

O parlamento se tornaria apto a governar exercendo uma liderança eficaz sobre a burocracia do Poder Executivo se conseguisse desenvolver uma capacidade de direção política, ou seja, que não se curvasse ao governo de funcionários que teria sido o legado do período Bismarck. Para Weber faltara à direção do Estado alemão no período pós - Bismarck, um político, não que fosse um político genial ou um político brilhante, mas simplesmente um político. Faltara à Alemanha uma instância formadora de lideranças políticas já que a burocracia adquirira uma predominância inexorável. O ambiente onde se desenvolveria a luta política, o parlamento, fora congelado. E apenas no seio deste, segundo Weber, é que são travadas as lutas políticas das quais brotam os talentos da liderança imprescindíveis ao controle e direção do Estado. As pessoas com grande instinto de poder e com as mais fortes qualidades políticas dirigentes chegariam ao topo. Assim o parlamento alcançaria uma participação positiva na vida política, pois seriam os seus membros "co-participantes necessários do poder de Estado" (p.60) e não inimigos dos dirigentes do Poder Executivo. Parlamento e governo não poderiam, portanto, ser organismos separados.

A ética do burocrata diverge da ética do político e o que Weber propugnava era que os postos de decisão fossem ocupados pelos políticos dado que estes estariam aptos a tocarem os "modernos instrumentos do poder". Weber apontava a relevância das burocracias nas sociedades modernas e as interpretava como um fenômeno característico das necessidades de racionalização e modernização das sociedades capitalistas. Não por acaso ele afirmava que para "a manutenção da burocracia acima de qualquer controle" (p. 88) o grande capitalismo agiria em uníssono. Advertia também que contra ela não se devia lutar visando à sua destruição, pois, segundo ele, jamais uma burocracia soberanamente instalada desaparecera sem que tivessem desaparecido também as bases culturais sobre as quais ela estava assentada.

Weber apontava na própria Constituição Imperial de 1871 um empecilho à ascensão de dirigentes políticos qualificados ao Conselho Federal, pois um de seus artigos determinava que o parlamentar postulante rompesse seus vínculos políticos para assumir o cargo pretendido. Isso ocasionava um "domínio meramente burocrático" (p. 67) que teria, por exemplo, feito com que as questões públicas despertassem escasso interesse na sociedade como era o caso da política externa. A estrutura política do Estado alemão marcada pela ausência de um poder parlamentar impelia os indivíduos dotados das "qualidades da liderança", os "dirigentes natos", aos grandes empreendimentos comerciais, às grandes firmas, cartéis e aos bancos justamente porque eles não se sujeitariam a postos meramente burocráticos como eram os postos político-ministeriais na Alemanha. Enfim, um Estado não de dirigentes, mas de burocratas ou de diletantes e demagogos.

Um parlamento realizador possibilitaria a ascensão de dirigentes e não só de demagogos, defendia Weber. Tal parlamento realizador seria controlador da "administração participativa" de forma constante, já que, para ele, a burocracia falhara totalmente quando teve de resolver problemas políticos como aqueles ligados à política externa, por exemplo. O parlamento teria sua capacidade incrementada se dispusesse de quadros dotados de conhecimento técnico

especializado, se dispusesse do conhecimento de fatos, argumentos técnicos e informações que o habilitassem a controlar eficazmente a administração e se dispusesse do direito à arguição tão característico do parlamento britânico. As comissões fortes seriam um dos traços do funcionamento de um parlamento ativo. Esse quadro configuraria um parlamento regido não pela "política negativa" do sensacionalismo, das acusações a ministros, dos votos de desconfiança, mas pela "política positiva" do exercício de uma saudável influência orientadora sobre os rumos da administração pública e dos destinos do Estado. Assim o parlamento estaria à altura do poder e era a respeito de como fazer isso que a Alemanha deveria se empenhar, pois tudo o mais seria "secundário" (p. 84).

Weber sugeria que se alcançaria o acima exposto, além dos requisitos já citados, com a arregimentação de um corpo de parlamentares de carreira, de políticos profissionais que vivessem "para a política" e não que vivessem "da política". A indicação transparente para os cargos também concorreria para o desejado fortalecimento da liderança do parlamento.

Os desafios estruturais ao fortalecimento da liderança do parlamento seriam, no caso da Alemanha, para alguns, a forma de Estado federado. Argumento este a qual Weber se contrapunha veementemente porque a Constituição então vigente condicionava tal questão à competência exclusiva do Imperador. Para ele, mais importante, de fato, eram os obstáculos representados pelo estado hegemônico da Prússia e pelo sistema partidário. Além da tagarelice dos "literatos" politicamente míopes, provincianos e hipersensíveis aos seus respectivos interesses materiais; tais "literatos" contribuíam mais para turvar o debate objetivo dos problemas do que para elucidá-lo.

Oliveira Vianna apresentava uma terapêutica aos problemas das instituições políticas brasileiras que se distanciava de qualquer caminho que passasse pelo fortalecimento do Legislativo como era o pretendido por Weber para a sua Alemanha. Como já foi mencionado

acima, Oliveira Vianna partia de uma concepção de política e de Estado que, por assim dizer, desdenhava da componente conflitiva de ambos. Dimensão conflitiva esta que foi tratada conceitualmente na parte II deste trabalho.

Assim como Weber analisou o período Bismarck na Alemanha para sugerir instituições políticas, também o fez aqui Oliveira Vianna analisando os traços marcantes da formação da sociedade brasileira para defender a organização da nação e do Estado brasileiros e o que ele apontou mais enfaticamente foi o vício em buscar soluções externas e a fracassada tentativa de adaptá-las à realidade nacional, o que legava uma permanente instabilidade em razão da tensão entre o "Direito das elites" e o "Direito costumeiro" do "povo-massa" o qual, para seu profundo desgosto, ao final, prevalecia. Para Oliveira Vianna, todas as Constituições brasileiras, A de 1824, A de 1891, A de 1934 e A de 1946, com exceção para A de 1937, teriam incorrido em erros que consagraram a dicotomia "Brasil legal *versus* Brasil real".

Francisco Campos, dentre os que viveram boa parte das transformações institucionais pelas quais o país passou após a Revolução de 1930 foi o que mais viveu a ponto de ter ainda colaborado com um novo regime autoritário sob tutela militar após 1964. Alberto Torres muito idealizou e influenciou seus discípulos. Azevedo Amaral contribuiu com sua defesa do organizacionismo do Estado Novo, mas foram, sobretudo Oliveira Vianna e Francisco Campos quem praticaram e operaram em ambiente institucional autoritário. Com destaque para Campos pelo fato de ter sido o elaborador da Constituição de 1937. Ele não se satisfez completamente porque o que essa Constituição tinha de conteúdo corporativista acabou não sendo implementado no período em que vigorou o Estado Novo varguista o qual, na verdade, pendeu mais para um regime personalista e estatal - intervencionista, conforme salientado por Francisco Martins de Souza na introdução ao volume de ensaios de Francisco Campos intitulado *O Estado Nacional e outros Ensaios*.

Em seus traços mais marcantes não há grande novidade no pensamento de Francisco Campos que o singularize entre os autores aqui já abordados. Há em seus escritos a costumeira ênfase na tese da falência da economia e filosofia política liberais, a defesa do corporativismo, as acusações ao "imperialismo" estadual, a alegação da "falsidade" do sistema representativo, os ataques ao "mito" do sufrágio universal, o ceticismo em relação ao aparelhamento político-partidário com a conseqüente exaltação do Estado na condição de instituição amalgamadora da nacionalidade e um louvor, mais uma vez, ao postulado da autoridade frente ao postulado da liberdade como o princípio mais necessário ao bom funcionamento da sociedade e das instituições políticas. A novidade, em relação aos outros autores aqui abordados, das críticas de Campos se devia apenas a fatores cronológicos, pois ele introduziu sua reprovação ao "espiritismo" do voto secreto e à "nova regra pitagórica" da eleição proporcional.

Enfim, em Campos não havia muito que esperar dos partidos, dos indivíduos nem da sociedade, mas da ação firme e decidida do Estado seria de onde surgiriam as correções de rumo necessárias à reorganização do Brasil. Sob a alegação de proteger a nacionalidade contra os regionalismos, Campos não hesitava apresentar os motivos para a dissolução dos partidos políticos. Como facilmente se percebe, por mais imperfeitos e débeis que fossem os partidos brasileiros, eles forneceram álibis para a justificação de discursos autoritários em vários momentos da vida brasileira.

Francisco Campos esposou um conceito de política como sendo esta o "domínio da vontade, da decisão e da responsabilidade" (Campos, § 1, p. 252) e não aquele domínio fundado na idéia de conflito, de luta e de antagonismos presentes na sociedade. Ele chegava mesmo a apresentar, em discurso proferido exatos seis meses após a implantação do Estado Novo, "... um Brasil sem confronto..." (Campos, § 1, p. 255) como sendo um dos resultados então em vias de ser alcançado pelo novo regime. As coletividades são, em seu modelo, racionalmente alijadas em

favor do que seria o benevolente "Chefe da Nação", o "Chefe popular da Nação", a "encarnação do Estado"! (Campos, § 1, p. 252). São freqüentes em Campos os termos: ordem, unidade, solução, consciência, povo, chefe e Nação. Categorias conceituais em torno das quais seu pensamento foi estruturado, por que não dizer, ideologicamente, na defesa que fez do Estado Novo. Campos chegou mesmo a estabelecer o Estado autoritário como um resultado conseqüente da presença das massas (Campos, § 2, p. 259). Dentre os autores aqui tratados Campos parece ser o de conteúdo menos sutil e de argumentação mais afetada, talvez por ser ele o que mais teve atuação governamental explícita e francamente voltada à defesa de um regime e de um governante, ainda que, ao final do período Vargas, ele procurasse se desvincular de seu passado.

Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos foram marcos de um pensamento político brasileiro, mais especificamente, marcos autoritários que se destacaram no debate político travado em torno dos destinos da República nas primeiras décadas do século XX, mas que nem por isso ficaram restritos ao seu tempo.

As influências exercidas por esses autores contribuíram não só para o acirramento de polêmicas, numa certa medida, ultrapassadas, mas contribuíram também para dar um toque de relevo no encaminhamento das questões relativas à organização nacional e às instituições políticas brasileiras, além de suscitar controvérsias acadêmicas, ensaísticas e literárias que ajudaram, na sua medida, a aprofundar aspectos decisivos em relação ao sistema político mais aplicável ao Brasil e à forma de aperfeiçoá-lo à sociedade à qual ele deveria servir. Durante períodos não desprezíveis da História política brasileira, 1937-1945 e 1964-1985, apenas a título de ilustração, tais autores tiveram suas idéias, senão implementadas de fato, no mínimo, muito próximas do ponto de produzirem efeitos por intermédio da ação estatal. E isso não poderia deixar de se constituir como um marco considerável da história das idéias políticas no Brasil.

Notas à Parte III:

i " Nasceu no interior da província do Rio de Janeiro, a 26 de novembro de 1865. Concluiu a Faculdade de Direito de São Paulo e, desde logo, vinculou-se ao movimento republicano. Embora muito jovem quando da proclamação da República, porquanto tinha 24 anos, passou a ocupar posição de liderança no Estado (sic) do Rio. No primeiro governo civil (Prudente de Moraes) foi Ministro da Justiça e, em seguida, governador do Rio de Janeiro (1897-1900). Deixando o governo foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (junho de 1900), aos 35 anos, funções (sic) de que se aposentou em 1909. Dedicou-se então a formular uma versão do autoritarismo doutrinário que alcançaria grande fortuna nos anos trinta, quando é estudado com maior interesse. (...) Faleceu no Rio de Janeiro a 29 de março de 1917, aos 51 anos de idade." Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros: Filosofia, Pensamento Político, Sociologia, Antropologia/ Organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, CDPB; Brasília, Senado Federal, 1999.

ii " De tradicional família do Rio de Janeiro, nasceu nesta cidade a 26 de março de 1881. Formou-se em medicina, pela Faculdade do Rio, tendo cursado a universidade na Alemanha. Entretanto não exerceu a profissão. Destacou-se como jurista e pensador político. Viveu 12 anos em Londres, período em que manteve no *Correio da Manhã* a coluna "Cartas de Londres". Com a eclosão da guerra de 1914, regressou ao Brasil tornando-se redator-chefe e depois diretor do *Correio da Manhã*, fundador do *Rio Jornal* e *O Dia*, diretor de *O Paiz*, redator de muitos anos de *O Jornal* e fundador das revistas *Diretrizes* e *Novas Diretrizes*. Seu último artigo apareceu no *Jornal do Brasil* do dia seguinte ao seu falecimento, ocorrido a 7 de novembro de 1942." Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros: Filosofia, Pensamento Político, Sociologia, Antropologia/ Organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, CDPB; Brasília, Senado Federal, 1999.

iii "Nasceu a 20 de junho de 1883 na cidade de Saquarema no interior do Estado (sic) do Rio de Janeiro, viveu e educou-se na capital fluminense, concluindo o curso de direito (sic) em 1905. Dedicou-se ao jornalismo e ao magistério, ingressando no Corpo Docente da Faculdade de Niterói em 1916. Seu primeiro livro - *Populações Meridionais do Brasil* - aparece em 1920, quando completa 37 anos. Ao longo da década de vinte viria a adquirir grande nomeada. Depois da Revolução de 30 torna-se Consultor da Justiça do Trabalho, tendo desempenhado papel muito importante na ordenação do direito do trabalho brasileiro, e na concepção dos institutos a que deu surgimento. Em 1940 passou a integrar o Tribunal de Contas da União. As novas funções de certa forma levam-no a interromper o sentido principal de sua obra, que é entretanto retomado após a queda do "Estado Novo". Faleceu em Niterói, a 28 de março de 1951, aos 67 anos de idade. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras." Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros: Filosofia, Pensamento Político, Sociologia, Antropologia/ Organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, CDPB; Brasília, Senado Federal, 1999.

iv " Nasceu em Dolores do Indaiá, Minas Gerais, a 18 de novembro de 1891. Os cursos iniciais frequentou-os em São Paulo e Ouro Preto, após o que (sic) ingressou na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, onde se bacharelou em 1914. Decidiu-se pelo magistério, tendo conquistado a cátedra de Filosofia do Direito, em 1918. Em seguida ingressa na vida política, primeiro como deputado estadual (1917-1921) e depois como deputado federal (1921-1921).[Foi secretário do Interior do Governo de Minas Gerais durante o governo de Antônio Carlos de Andrada e Silva (1927-1930)]. Teve, mais tarde função destacada na revolução de 30 e no "Estado Novo". De 1936 a 1937 foi Secretário de Educação no governo organizado no Distrito Federal tornando-se posteriormente Ministro da Justiça. É o autor da carta de 37. De 1942 a 1946 foi representante do Brasil na Comissão Jurídica Interamericana. Na fase de redemocratização do país torna-se consultor jurídico de nomeada. Com a revolução (sic) de 1964, participou da redação do ato institucional nº 1, que revogou parcialmente a constituição (sic) de 1946. Faleceu a 1º de novembro de 1968, pouco antes de completar 77 anos." Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros: Filosofia, Pensamento Político, Sociologia, Antropologia/ Organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, CDPB; Brasília, Senado Federal, 1999.

CONCLUSÃO

A faceta autoritária do pensamento político brasileiro tem suas matrizes nas idéias de Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos. Quanto a isso não há grandes resistências. No entanto, se observadas mais detidamente, percebe-se que as idéias destes autores não guardam uma correlação tão nítida e direta que autorize simplificações que pretendam aglutiná-los sob um único lema ou uma única escola de pensamento.

Há neles uma recorrência a temas comuns, pois pode-se dizer que se uniram nas críticas às instituições políticas da sociedade brasileira desenvolvidas até os anos trinta do século XX. Mas mesmo nas críticas, apesar das "linhas de força" de seus respectivos pensamentos estarem bem definidas, não há uma total equivalência. Ao passo que Azevedo Amaral admitia mecanismos institucionais plebiscitários a fim de abrir questões à participação popular, Oliveira Vianna não os referendava como instrumento aplicável ao sistema político brasileiro. Num outro exemplo, há em Azevedo Amaral uma maior flexibilidade operacional do que em Alberto

Torres, pois o primeiro não acreditava nas razões que o levassem a rechaçar investimentos e capitais estrangeiros ao passo que Torres não hesitava em apontar os propósitos exploratório-imperialistas dos mesmos, devendo por isso ser rejeitados.

O importante é ter bem clara a noção geral de Estado e de sociedade que tais autores procuraram favorecer. Uma visão predominante e bem definida por Sérgio Buarque de Holanda é a de que houve nesses autores a confirmação do que já era uma característica da sociedade brasileira antes de eles a terem apontado: o Estado como princípio unificador da sociedade como fenômeno constante. Um Estado mais ou menos atuante, mas, no caso do Brasil, sempre um Estado não perfeitamente separado da esfera privada, ficando sua função pública invariavelmente atrofiada.

Até que ponto o pensamento de tais autores lançou luz sobre os assuntos atinentes à Ciência Política é uma indagação que aqui não se pode responder a contento. Os partidos políticos, o federalismo, o relacionamento entre os Poderes constitucionais, a discussão sobre eleições, sufrágio universal e sistema de representação foram bastante citadas no decorrer deste trabalho, porém sem um questionamento tão profundo que permitisse a emissão de um julgamento conclusivo. Não obstante, o que sobressaiu expressamente foi o reconhecimento de que os autores aqui tratados buscaram realçar as saídas à brasileira. "Soluções" apontadas não poderiam dissociar-se da realidade nacional, das peculiaridades do Brasil e de sua formação sociológica. Esse era o mérito de tais autores e é por isso que eles têm seu lugar garantido como marcos importantes do pensamento político brasileiro.

O fato de terem subdimensionado a componente conflitiva, não necessariamente dialética, da política foi que os impeliu a cancelar posturas hierarquizantes e centralizadoras como alternativas viáveis à democracia. Mais organização do que participação. Mais decisão do

que debate. Mais unidade nacional do que federalismo. Mais consenso que faccionismos partidários e concorrência entre Poderes constitucionais.

Dadas as limitações desse trabalho, evidentemente, todas as nuances do pensamento político de Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos não puderam ser esmiuçadas e cotejadas com a já volumosa bibliografia de Sociologia Brasileira e de Ciência Política sobre os temas que eles trataram. Obteve-se, sem embargo, uma impressão, não tão larga quanto necessária, mas suficiente para despertar um maior interesse pelo aprofundamento do exame relativo às vertentes autoritárias que têm se manifestado recorrentemente em vários episódios e ocasiões da história política brasileira ao longo do século XX.

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Gilberto. Eleição e Representação: Curso de Direito Político. Brasília, Senado Federal, 1999.
- AMARAL, A. J. de Azevedo . O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.
- BASTOS, Élide e MORAES, João Quartim (Orgs.). O Pensamento de Oliveira Vianna. Campinas, Unicamp, 1993.
- BASTOS, Aureliano Cândido de Tavares. A Província. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1985.
- CAMPELO DE SOUZA, Maria do Carmo. Estado e Partidos Políticos no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1990.
- CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional e Outros Ensaios. Biblioteca do Pensamento Político Republicano. Brasília, Câmara dos Deputados, s.d..
- CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial. Teatro de Sombras: A Política Imperial. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CHACON, Vamireh. Estado e Povo no Brasil: As Experiências do “Estado Novo” e da Democracia Populista, 1937/1964. Rio de Janeiro, J. Olympio; Brasília, Câmara dos Deputados, 1977.
- _____. O Humanismo Ibérico: A Escolástica Progressista e a Questão da Modernidade. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/ Estudos Gerais - Série Universitária, 1998.
- _____. A Construção da Brasilidade: Gilberto Freyre e sua Geração. Brasília, Paralelo 15; São Paulo, Marco Zero, 2001.
- Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros: Filosofia, Pensamento Político, Sociologia, Antropologia / Organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, CDPB; Brasília, Senado Federal, 1999.
- DUARTE, Nestor. A Ordem Privada e A Organização Política Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira. Brasília, Ministério da Justiça, 1997.
- FAORO, Raymundo. Existe um Pensamento Político Brasileiro? São Paulo, Editora Ática, 1994.
- _____. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo, Globo; Publifolha, 2000.
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 30. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- _____. História da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano (Vols. I e II). São Paulo, Bertrant, 1996.

- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Brasília, UnB, 1996.
- GRAHAM, Richard. Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.
- HAGOPIAN, Francis. Traditional Politics and Regime Change in Brazil. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HUME, David. Ensaaios Morais, Políticos e Literários. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Nova Cultural, 1999.
- LAMOUNIER, Bolívar e CARDOSO, Fernando Henrique. A Bibliografia de Ciência Política Sobre o Brasil (1949-1974). Rio de Janeiro, Dados, 1978, n. 18.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República em: FAUSTO, Boris (Org.), História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano (Vol. III). São Paulo, Bertrant, 1996.
- LAMOUNIER, Bolívar. O Modelo Institucional dos Anos 30 e a Presente Crise Brasileira. In: Estudos Avançados/ USP. São Paulo, v.6, (14), jan / abril de 1992.
- LINS, Ivan. História do Positivismo no Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1967.
- MARSON, Adalberto. A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.
- MEDEIROS, Jarbas. Azevedo Amaral em: PIVA, Luiz Guilherme (Org.), Ideologia Autoritária no Brasil (1930-1945). São Paulo, FGV, 1978.
- NOGUEIRA, Octaciano. Democracia sem Democratas. Octaciano Nogueira e Alípio Severo. Brasília, Letrativa 2002, 2002.
- PAIN, Antônio. A Querela do Estatismo. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994.
- PRADO JR., Caio. Evolução Política do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- _____. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 2000.
- REGO, Walquíria Domingues. Tavares Bastos: Um Liberalismo Descompassado. São Paulo, Revista da USP, 1993, nº 17.

REIS, Fábio Wanderley. Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político. In: *Cadernos DCP*. Departamento de Ciência Política/ UFMG. Belo Horizonte, n.1, (Março de 1974), (5-58).

_____. Brasil: “Estado e Sociedade” em Perspectiva. In: *Cadernos DCP*. Departamento de Ciência Política / UFMG. Belo Horizonte, n. 2, (Dezembro de 1974), (35-74).

_____. O Institucional e o Constitucional. In: *Cadernos DCP*. Departamento de Ciência Política/ UFMG. Belo Horizonte, n. 3, (março de 1976), (107 - 122).

_____. Política e Políticas: A Ciência Política e o Estudo de Políticas Públicas. In: *Cadernos DCP*. Departamento de Ciência Política/ UFMG. Belo Horizonte, n. 4, (agosto de 1977), (167 - 186).

_____. Autoritarismo, Intervencionismo Estatal e Controle do Executivo. In: *Cadernos DCP*. Departamento de Ciência Política/ UFMG. Belo Horizonte, n. 6, (dezembro de 1980), (15 - 32).

_____. Política e Racionalidade: Problemas de Teoria e Método de uma Sociologia “Crítica” da Política. Belo Horizonte, UFMG/ PROED/ RBEP, 1984.

_____. O Tabela e a Lupa: Teoria, Método Generalizante e Idiografia no Contexto Brasileiro. RBCS, n. 16, ano 6, julho de 1991.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. Getúlio Vargas, O Castilismo e o “Estado Novo”. In.: CARTA MENSAL, vol. 43, Nº 515, fev. 1998.

RUGAI, Élide e MORAES, João Quartim. O Pensamento de Oliveira Vianna. Campinas, Unicamp, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. São Paulo e o Estado Nacional. São Paulo, Difel, 1975.

_____. Bases do Autoritarismo Brasileiro. Rio de Janeiro, Campus, 1982.

STEPAN, Alfred. Os Militares na Política. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

TORRES, Alberto. O Problema Nacional Brasileiro: Introdução a um Programa de Organização Nacional. 4. Ed.. São Paulo, Editora Nacional; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

_____. A Organização Nacional. 4. Ed.. São Paulo, Editora Nacional; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

VIANNA, F. J. de Oliveira. Instituições Políticas Brasileiras: Os Problemas Brasileiros da Ciência Política. Rio de Janeiro, José Olympio, 1949.

_____. Problemas de Organização e Problemas de Direção. Rio de Janeiro, Record, 1974.

WEBER, Max. Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada: Crítica Política da Natureza e do Funcionamento dos Partidos. Petrópolis, Vozes, 1993.

